



## ORDEM DO DIA

Assunto		Interessado	Local	Objetivo
<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>				
1	Ata nº 29/2015, da reunião de câmara de 2015/12/30			Aprovação
2	Celebração e outorga de Contrato Interadministrativo com a APL Administração do Porto de Lisboa, SA		Retirado	Aprovação
3	<b>SERVIÇO MÉDICO-VETERINÁRIO MUNICIPAL</b> Projeto CED (Capturar-Esterilizar-Devolver) para gatiños - Protocolo de cooperação	Associação Animais de Rua		Aprovação
4	<b>APOIO AO MUNICÍPIO E ATIVIDADES ECONÓMICAS</b> Proposta para integração na Rede Know Now / Know How			Aprovação
5	<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA</b> . Assuntos apresentados para conhecimento Da competência do Presidente da C.M.			Conhecimento
6	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
7	Legislação-síntese e editais			Conhecimento
8	Pagamentos autorizados			Conhecimento
	Balancetes			Conhecimento

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/01/27

Assunto		Interessado	Local	Objetivo
9	<b>. Outros assuntos</b> Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para técnico superior (área de educação física) - Recrutamento excepcional			Aprovação
10	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (auxiliar de ação educativa) - Recrutamento excepcional			Aprovação
11	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (ajudante de calceteiro) - Recrutamento excepcional			Aprovação
12	1ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da Câmara Municipal para 2016			Aprovação
13	Quotização de 2016 - Atualização	AMEGA - Assoc. de Municípios de Estudo e Gestão de Água		Aprovação
14	Fundos de maneiço para 2016			Aprovação
15	Contratação de serviços de vigilância para o Município - Adjudicação e minuta do contrato			Aprovação
16	Contratação de serviços de publicidade promocional e institucional obrigatória para 2016 - Parecer prévio vinculativo	Vale do Tejo - Comunicação Social, Lda		Aprovação
17	Contratação de serviços de publicidade promocional e institucional obrigatória para 2016 - Parecer prévio vinculativo	Voz Ribatejana, Lda		Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/01/27

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
18	Contratação de serviços de publicidade promocional e institucional obrigatória para 2016 - Parecer prévio vinculativo	Grupo Cofina Média, SA		Aprovação
19	Contratação de serviços de técnico responsável pela exploração (TRE) das instalações de utilização de energia elétrica (IUEE) do Município - Anos 2016/2017 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
20	Projeto de demolição controlada dos Lotes 1 e 2, Bloco B, Qta de Santo Amaro, Monte Gordo - Parecer prévio vinculativo		Vila Franca de Xira	Aprovação
21	Contratação de serviços de inspeção, reinspeção e inspeção extraordinária de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes no Município - Parecer prévio vinculativo e remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
22	Fornecimento em contínuo de lubrificantes para assistência à frota do Município, para 2016 e 2017 - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
23	<b>GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA</b> Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
24	<del>Alteração ao loteamento denominado, por Malvarosa, Verdilha (Ex-Maguel), titulado pelo avará de loteamento nº 4/03, de 17/07 - Aceitação de princípio e abertura de consulta pública</del>	<del>Sociedade de Construções Gameiro e Filhos, Lda</del>	<del>Alvarca do Ribatejo</del>	<del>Aprovação</del> <b>Rechazado</b>
25	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 16 do loteamento da Quinta da Ponte	Herdeiros de Isidoro Serrão Soares	S. João dos Montes	Aprovação
26	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 24 do loteamento da Quinta da Ponte	Herdeiros de Isidoro Serrão Soares	S. João dos Montes	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/01/27

**Assunto**

	<b>Designação</b>	<b>Interessado</b>	<b>Local</b>	<b>Objetivo</b>
<b>27</b>	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 25 do loteamento da Quinta da Ponte	Herdadeiros de Isidoro Serrão Soares	S. João dos Montes	Aprovação
<b>28</b>	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 99, fração A, do loteamento da Quinta da Ponte	Joaquim Pereira	S. João dos Montes	Aprovação
<b>29</b>	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 240, atual 110, do loteamento da Quinta da Ponte	Joaquim Rosa Ferreira	S. João dos Montes	Aprovação
<b>30</b>	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 414 do loteamento da Quinta da Bela Vista	Carlos D'Aló Inácio da Costa	S. João dos Montes	Aprovação
<b>31</b>	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 415 do loteamento da Quinta da Bela Vista	Carlos D'Aló Inácio da Costa	S. João dos Montes	Aprovação
<b>32</b>	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 444 do loteamento da Quinta da Bela Vista	Heitor Manuel Ferreira Duarte	S. João dos Montes	Aprovação
<b>33</b>	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 19 do loteamento do Estacal	Luísa Dias Brida	Alverca do Ribatejo	Aprovação
<b>34</b>	Índice de preços no consumidor - Atualização do mapa com a inflação acumulada			Aprovação
<b>35</b>	Atualização dos 33 regulamentos específicos de reconversão - Infraestruturas das AUGI			Aprovação
<b>36</b>	Alteração ao estudo de loteamento da AUGI Zona Alta de Arcena - Parcela 1 - Casal da Carcaça		Alverca do Ribatejo	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/01/27

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
37	<b>OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS</b> Alteração ao Regulamento de Trânsito do Concelho de Vila Franca de Xira - Anexo para a Freguesia de Vialonga - Consulta pública			Aprovação
38	<b>EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO</b> Protocolo para atividades de tempos livres 2015/2016	EB/JI Bairro do Paraíso		Aprovação
39	Programa de recitais na Fábrica das Palavras e "Palácio para os Pequeninos", na Quinta da Piedade - Protocolo com o Conservatório Regional Silva Marques/Sociedade Euterpe Alhandense			Aprovação
40	Doação, por Afonso Henrique Camino de Burnay, de três fotografias a preto e branco de sua autoria			Acetação
41	Feira Anual de Outubro 2016 - Projeto da 1ª alteração aos regulamentos nºs 5/2015 e 6/2015 - Consulta pública			Aprovação
42	<b>AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b> Duatlo das Lezírias 2016 - Troféu José Luís Matos			Aprovação
43	Apóio logístico dos eventos desportivos 6ª CIRA Hóquei e 26ª XIRA Basquet - Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo	União Desportiva Vilafranquense		Aprovação
44	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b> Restituição de verba paga em duplicado	Mercedes Benz		Aprovação
45	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA  
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2016/01/27

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

- . Nuno Miguel Marques Libório; -----
- . Fernando Paulo Ferreira; -----
- . Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
- . António José Sequeira Félix; -----
- . Aurélio dos Santos Marques; -----
- . José António da Silva de Oliveira; -----
- . Ernesto Simões Ferreira; -----
- . Maria de Fátima Pires Antunes; -----
- . Orlando Sequeira Ferreira da Silva. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Orlando Sequeira Ferreira da Silva e Ernesto Simões Ferreira, respetivamente. -----

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 9h33, durante o período antes da ordem do dia.-----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Telma Alexandra Guerreiro Marques, Assistente Operacional.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 002

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PRESENCAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves-----

. Adjuntos-----

Jorge Zacarias-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. António Domingos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO

URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Diretora-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata <sup>m</sup> 004  
Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_  
Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS -----

Interveio o Sr. Presidente, cumprimentando todos os presentes, e dando início à reunião, começando por dizer que irá passar a dar algumas informações.-----

Em primeiro lugar, quanto às eleições do passado domingo, refere a forma tranquila e cívica como este ato eleitoral aconteceu no concelho, e agradece o civismo das pessoas que se disponibilizaram para votar, apesar de a abstenção ter sido excessiva, que é uma questão que deve preocupar a todos, naturalmente. -----

Por fim, agradece sobretudo a colaboração das pessoas que estiveram nas assembleias de voto, sem as quais o ato eleitoral não era possível. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando os presentes e começando por saudar a eleição do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, percebendo efetivamente o incómodo da esquerda e da extrema-esquerda nesta câmara municipal que, daquilo que viu hoje, parece que nem eleições teriam existido. Percebe que o Partido Socialista estava absolutamente dividido, sem candidato, o Partido Comunista não teve uma candidata “engraçadinha” e portanto quase que o Vitorino Silva passava à frente do candidato do Partido Comunista. -----

Já se percebeu que o candidato do Partido Comunista teve o resultado que teve porque houve um conjunto de democratas que resolveram apoiar o Professor Sampaio da Nóvoa, aquele candidato que, passados 40 anos, descobriu que havia um país de causas e de objetivos a defender. -----

Desta forma, os membros da Coligação Novo Rumo saúdam a eleição do novo Presidente da República, porque é uma vitória dele, uma vitória do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, da candidatura que conduziu, e realçam ainda mais a vitória que teve em todo o país, incluindo no concelho de Vila Franca de Xira. É de facto importante, e daqui saúdam a sua candidatura, a sua vitória, a sua eleição, e esperam que contribua verdadeiramente para o desenvolvimento do país, e para a unidade de Portugal e dos portugueses. -----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador Rui Rei fez uma saudação ao Professor Marcelo, já se falou sobre isso, e renova os votos que, de facto, faça uma boa presidência, e quando achar oportuno venha até Vila Franca de Xira, como veio há 2 anos, numa iniciativa promovida pelo Partido Social





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata nº 006

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ENTREGA DE INSTRUMENTOS À ORQUESTRA DE VIALONGA -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo-se à entrega dos instrumentos à orquestra de Vialonga, no âmbito do orçamento participativo, com um investimento de mais de 30 000,00€ na aquisição de instrumentos de sopro, cordas, percussão e piano, uma iniciativa que contribui para o desenvolvimento de um projeto que envolve 150 alunos.-----

Teve oportunidade de estar presente, mais o Sr. Vice-Presidente e a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, e foi um momento muito gratificante, muito bonito, pelo menos para si, que esteve no início deste processo e assistiu ao primeiro momento de apresentação da orquestra de violinos na EB2,3 de Vialonga, em 2007, salvo erro, e à evolução que tudo isto teve.-----

A integração das pessoas, através da cultura, neste caso através da música, tem feito avanços notáveis, e é um processo que tem tudo para ter sucesso no futuro, sendo que da parte da câmara municipal cá se estará, como sempre, para apoiar esta orquestra. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, cumprimentando todos os presentes, e dizendo que os membros da CDU gostariam também de se associarem naquilo que diz respeito à opinião do Sr. Presidente relativamente à orquestra de Vialonga.-----

Foi, de facto, um espetáculo muito interessante, e mostra que as crianças, independentemente do sítio ou grupo social de onde advêm, têm capacidade para aprender música clássica, que é, no entender de alguns, cultura erudita, e por isso vedada às classes mais desfavorecidas.-----

Sugerem por isso também, naquilo que é a capacidade da câmara municipal neste sentido, e querem que seja muita, a possibilidade de divulgar esta orquestra em outros espaços culturais do concelho, até porque durante aquela apresentação ouviu, por parte de munícipes da freguesia de Alverca e de outras freguesias que estavam presentes, o espanto, porque desconheciam de toda a qualidade da orquestra, e até o próprio objetivo da mesma. -----

Portanto, sugerem que a câmara municipal possa também colocar este espetáculo à disposição de outros munícipes doutras freguesias. -----







Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A 

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata " 009

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
PRIMEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL "ROTAS E PAISAGENS DA LÍNGUA PORTUGUESA" -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que decorre este sábado, dia 30, na Fábrica das Palavras, a primeira conferência internacional "Rotas e Paisagens da Língua Portuguesa", organizada pela Associação Rotas da Lusofonia, que tem por objetivo a promoção e o conhecimento de Portugal e da realidade cultural e económica da língua portuguesa no mundo. -----

No âmbito das suas atividades propôs-se organizar um ciclo anual de conferências internacionais denominado "Rotas e Paisagens da Língua Portuguesa", sendo que a conferência inaugural, dedicada ao Japão, é justamente a que vai decorrer este sábado, com a presença de Sua Excelência o Embaixador do Japão, o que muito honra a câmara municipal. -----

A conferência visa dar conhecimento sobre as estratégias e as práticas de promoção da língua portuguesa naquele país, e decorre com o apoio da câmara municipal, da Embaixada do Japão, da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Japonesa e da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata       011      

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL “LUSITÂNIA ROMANA – ORIGEM DE DOIS POVOS” -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que inaugurou esta segunda-feira, no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, a exposição internacional “Lusitânia Romana - Origem de Dois Povos”, sendo que até 30 de junho é possível ficar a conhecer melhor as origens de uma província que remontam aos séculos XVI a XIII AC, e que unia uma parte do atual território português a outra parte da atual Espanha. -----

O Museu Nacional de Arte Romana, de Mérida, e o Museu Nacional de Arqueologia Português, com a colaboração científica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, apresentam cerca de 200 peças, 81 das quais portuguesas, entre elas o escudo romano encontrado no sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos, em Castanheira do Ribatejo, sendo que se equaciona exibi-la no verão de 2016, em Madrid, e posteriormente em Berlim. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

RESULTADOS DESPORTIVOS EM DESTAQUE -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo-se a resultados desportivos de destaque dizendo, em primeiro lugar, que Inês Dionísio e Luís Lopes, da Sociedade Euterpe Alhandrense, destacaram-se no Campeonato Nacional de Sala, de tiro com arco, realizado a 10 de janeiro, em Guimarães. Na categoria de júnior recurvo, em duplo de 18 metros, Inês venceu, em femininos, e Luís foi 3º, em masculinos. -----

Depois, a equipa sénior feminina do futsal do União Atlético Povoense segue em frente na Taça de Portugal. A equipa venceu a adversária açoriana do CD Posto Santo, por 4-0, na 4ª eliminatória da Taça de Portugal, jogo que se realizou em Angra do Heroísmo, nos Açores, no dia 23 de janeiro, seguindo assim em frente na competição. -----

Por fim, a equipa jovem de triatlo do Alhandra Sporting Club venceu a primeira competição do Campeonato Nacional Jovem. Tratou-se do Duetlo do Jamor, primeira competição pontuável do Campeonato Nacional Jovem desta época desportiva, que se realizou em Oeiras, no dia 23 de janeiro. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten initials]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 013

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
DESTAQUE DOS PONTOS CONSTANTES NA ORDEM DO DIA-----

Interveio o Sr. Presidente, para referir alguns pontos que lhe parecem de destacar nas propostas que hoje vêm para discussão.-----

Em primeiro lugar, o recrutamento para o quadro de pessoal da câmara municipal, para técnicos de várias áreas, o que no fundo reflete a vontade da câmara municipal de dotar os seus quadros com o pessoal necessário para o desenvolvimento do seu trabalho, eliminando, tanto quanto possível, os vínculos menos estáveis.-----

Depois, a proposta de ciclos recitais de música erudita, no âmbito da programação musical da Fábrica das Palavras, e de animação infantojuvenil, no âmbito do programa "O Palácio para os Pequeninós", com o Conservatório Regional Silva Marques e a Sociedade Euterpe Alhandrense.-----

Refere também uma proposta para a realização do Duetlo das Lezírias - Troféu José Luís de Matos, sendo que as características únicas da prova fazem com que seja uma das mais participadas a nível nacional, do seu género, esperando-se cerca de 2 000 atletas. A competição será disputada em 2 dias, sendo no sábado, dia 6, o duetlo jovem e o duetlo de promoção, e no dia 7, domingo, tem lugar a prova principal, o Duetlo das Lezírias, contando para a 2ª etapa da Taça de Portugal PORTerra.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ~ 011

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
INFORMAÇÃO SOBRE A REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO  
AMBIENTAL - QUALIDADE DO AR EM ALHANDRA -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que dará a palavra ao Sr. Vice-Presidente, para falar sobre uma reunião que houve da comissão de acompanhamento ambiental da Cimpor, e dar conta do resultado dessa mesma reunião. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes e começando por atualizar a informação relativamente às questões que têm sido levantadas e abordadas várias vezes na câmara municipal, sobre as queixas crescentes e recorrentes sobre a qualidade do ar em Alhandra. -----

A comissão de acompanhamento ambiental reuniu ontem, ao final do dia, e deliberou aprovar uma declaração, uma tomada de posição sobre esta matéria, que terá na sua posse dentro de alguns minutos, e que depois distribuirá pelos Srs. Vereadores, dando-se posteriormente público conhecimento. -----

A questão é a mesma que apresentou na última reunião de câmara, e diz respeito ao seguinte: Sob o ponto de vista técnico, as justificações apresentadas pela Cimpor, do funcionamento da sua unidade produtiva de Alhandra, e também as explicações que dá para a qualidade do ar, não dão um esclarecimento cabal quanto às razões efetivas para que de repente as pessoas em Alhandra passassem a ter um incómodo ambiental decorrente da má qualidade do ar, que já não se fazia sentir nos últimos 10 anos. -----

Efetivamente, desde há 2 anos, anormalmente, os incómodos recomeçaram, e se no primeiro momento, no final de 2014, a comissão de acompanhamento ambiental deu logo conta que tinha havido um incidente no satélite do forno 6, na fábrica que causou, na passagem do ano de 2014 para 2015, um grande impacto ambiental em Alhandra, isso foi devidamente diagnosticado pela Cimpor, depois voltaram os incómodos ambientais anormais, e aí a comissão encontrou também imediatamente a causa para aquele problema, decorrentes do carregamento das barças por clínquer, que é um produto anterior ao cimento, que serve para fabricar o cimento, que passou a ser vendido a granel através de barças. -----

O sistema de carregamento das barças não estava devidamente protegido, sob o ponto de vista da libertação de poeiras, a comissão de acompanhamento



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 015

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

ambiental deu conta dessa causa, interveio, fez algumas recomendações, com sucesso, uma vez que a Cimpor tomou depois também as medidas necessárias a minimizar o impacto ambiental daquela operação. -----

Nos últimos 2 a 3 meses, quanto aos incómodos crescentes que têm sido feitos chegar, quer diretamente pela população à câmara municipal, quer também à junta de freguesia, que se encontra ali muito próximo da fábrica, a comissão de acompanhamento não encontra causa imediata e evidente para este facto, pelo que solicitou à Agência Portuguesa do Ambiente – APA, e com conhecimento à Associação Portuguesa de Certificação – APCER, que é a entidade que faz a credenciação ambiental da Cimpor, remetendo-se uma notificação, que possa intervir e possa investigar, dentro do processo produtivo da fábrica, qual será então a razão que causa estes efeitos. -----

Está-se ainda a aguardar resposta por parte desta entidade pública, mas entretanto o Sr. Presidente escreveu ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente, solicitando urgência nesta intervenção. -----

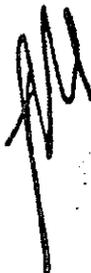
Como ainda não se obteve resposta por parte das entidades competentes, a comissão de acompanhamento ambiental deliberou uma nova tomada de posição sobre esta matéria, exortando a Cimpor a rapidamente encontrar as causas e a debelá-las, no sentido de evitar um impacto ambiental a que a população de Alhandra, não só já não estava habituada, como tem direito a que a qualidade do ar seja boa, uma vez que durante 10 anos a fábrica que estava a produzir muito mais do que produz hoje estava a poluir muito menos. -----

A comissão de acompanhamento ambiental e as próprias autarquias envolvidas não têm nada contra a empresa, o que têm é a favor das populações, sendo pois importante que se percebam as causas para este processo. -----

Este é o “estado da arte” relativamente a esta questão e à intervenção da comissão e, como disse de início, logo que tenha o documento finalizado, que ontem, ao final da noite, ficou para ser ultimado, fará a distribuição pelos Srs. Vereadores. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU também tinham algumas preocupações para levantar relativamente à Cimpor. -----

Como é óbvio, a câmara municipal tem vindo a ser solicitada a tomar posição sobre

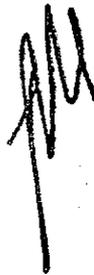
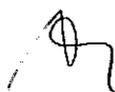
esta matéria, pelas razões que já foram nesta reunião aduzidas, mas quando olharam, de uma forma mais atenta, para o último relatório, mensal, de dezembro de 2015, da rede municipal de medição de partículas em suspensão, em Alhandra, ficaram bastante preocupados, porque, numa análise, pode-se concluir que há um efetivo agravamento das conduções ambientais do ar que se respira, particularmente em 2 dias, que são dias padrão, com valores de partículas em suspensão muito acima do valor imposto pelo decreto-lei de 2010, designadamente nos dias 16, 18 e 28, com valores muito acima dos 50, que é o valor recomendado ou admitido como máximo por lei, e em todas as estações de medição, Quinta da Marquesa, Quinta da Escusa, centro náutico da Cimpor, cemitério ou piscina da Cimpor. -----

Assim, houve uma degradação generalizada de todo o raio de influência que estas estações conseguiram medir, pelo que a questão que colocam é se a câmara municipal, na posse desta informação, não deve diligenciar com a devida urgência a entrega destes documentos, para a Secretaria de Estado do Ambiente, para além de exigir uma atitude fiscalizadora no terreno por parte da APA. -----

É preciso perceber efetivamente o que está a acontecer, sendo que, como já foi dito, nada deve mover a câmara municipal contra a empresa, não é isso que está em causa, é possível criar condições para que haja uma harmonia e uma compatibilização entre uma atividade industrial e as populações residentes, todavia não se pode tolerar que situações desta natureza continuem a acontecer, sem que nada seja feito por parte de quem tem a efetiva responsabilidade de fiscalização, que é a administração central. -----

Portanto, a preocupação que têm é a de que a câmara municipal reforce o seu carácter reivindicativo junto das entidades competentes, para que esta situação, em primeiro lugar, seja esclarecida, se perceba como aparece e porque é que aparece. Por outro lado, que medidas a tomar no sentido de se corrigir aquilo que tem de ser corrigido, a bem da saúde pública das populações.-----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vice-Presidente já falou, no início da reunião, e agora também tem na sua posse as questões que foram colocadas.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
VOTOS DE PESAR PELOS FALECIMENTOS DO DR. ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS E  
DO ARQTº NUNO TEOTÓNIO PEREIRA -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que passará a palavra ao Sr. Vice-Presidente,  
para ler dois votos de pesar, pelo falecimento do Dr. António de Almeida Santos e  
do Arqtº Teotónio Pereira. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, passando a ler os dois votos de pesar pelos  
falecimentos recentes, destes últimos 15 dias, de acordo com os documentos que  
se anexam e dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

Terminou, dizendo que às famílias enlutadas, caso os Srs. Vereadores estiverem de  
acordo, a câmara municipal apresenta os seus sentimentos. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que pensa que se estará de acordo em enviar  
estes votos de pesar em nome da câmara municipal. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, cumprimentando todos os presentes,  
dizendo que os vereadores da CDU se associam aos votos de pesar. -----

Em relação ao Dr. Almeida Santos, gostariam de referir o posicionamento  
antifascista durante largos anos, o que todos reconhecem, e, sem dúvida também,  
destacar as mais altas responsabilidades, quer no plano institucional, quer no plano  
da intervenção política, no seu partido, o Partido Socialista, e enviam também as  
condolências ao Partido Socialista e à família. -----

Quanto ao Arqtº Nuno Teotónio Pereira, para além de uma figura do urbanismo e  
da habitação em Portugal, também com obra no concelho de Vila Franca de Xira, é  
uma referência na defesa das liberdades, garantias e direitos individuais. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo  
nada têm a opor aos votos de pesar, e quer só deixar uma questão absolutamente  
pessoal. -----

Em relação ao Dr. Almeida Santos, nada tem contra ele em termos pessoais, mas é  
bom que não se faça hoje, neste momento, algo consensual, que não é  
absolutamente consensual. Há muita matéria por tratar e resolver, e há matérias  
que nunca foram resolvidas em Portugal, nomeadamente a intervenção do Dr.  
Almeida Santos em momentos graves da história de Portugal e de defesa dos  
portugueses, nomeadamente na questão da descolonização. -----


É bom que as pessoas tenham essa consciência, porque há muitos milhares de pessoas vivas em Portugal que sentiram e sentem todos esses problemas que não foram resolvidos, e é bom que não se tente passar uma borracha por cima disso, porque não é disso que se trata. É preciso que se resolvam os problemas e que não se branqueie o passado.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, no final da reunião, dizendo que o Sr. Vereador Rui Rei falou sobre o Dr. Almeida Santos, e a única coisa que vai dizer ao Sr. Vereador é que gostava muito que a descolonização tivesse sido feita de uma outra forma, autodeterminação e depois descolonização, mas só era possível no tempo de Norton de Matos. -----

A descolonização foi feita num país que nem se sabia quem mandava, está-se a falar em 1974/75, e lembra-se bem disso. Houve um período em que nem se sabia quem mandava, e, apesar de tudo, ter feito o que se fez é obra. Se o Sr. Vereador lhe perguntasse se gostava que as coisas tivessem sido feitas de outra forma, respondia que gostava, até porque também é africano, nasceu em Angola, conhece bem, e conhece bem também Moçambique, por razões diversas. O tempo ainda é curto para que a história se faça convenientemente, e só pode dizer aquilo que observou em 1974, em 1975 e até à década de 80, e principalmente em 1974/75 ninguém mandava neste país. Então, tomar determinado tipo de decisões naquela altura e, apesar de tudo, chegar como se chegou aos dias de hoje, não foi simples, e pensa que foi com homens com a clarividência do Dr. Almeida Santos que se conseguiu chegar cá. Provavelmente podia ter sido feito de outra forma, mas depois das coisas acontecerem é muito simples conseguir ser inteligente, como dizia o Papa anterior.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata <sup>viz</sup> 010

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
 RESTABELECIMENTO DE ÁGUA PARA OS ANTIGOS LAVADOUROS E BALNEÁRIOS –  
 GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DA LOJA NOVA – VILA FRANCA DE XIRA -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando ter algumas questões para este período antes da ordem do dia, algumas já colocadas pela CDU, outras que vieram ao conhecimento dos seus membros nos últimos dias. -----

Particularmente, há uma que tem a ver com a necessidade da câmara municipal, através dos serviços municipalizados, auxiliarem a direção do Grupo Desportivo e Cultural da Loja Nova, no sentido de se perceber se o restabelecimento da ligação de água para os antigos lavadouros e balneários é possível, do ponto de vista técnico.-----

Segundo lhes foi dado a conhecer, esta situação já foi relatada à câmara municipal, mas desde então não houve qualquer tipo de desenvolvimentos, pelo que se pode colocar uma situação de necessidade de um olhar mais concreto e técnico, e seguramente, através dos meios internos dos SMAS, será possível auxiliar esta entidade associativa. -----

Assim, fica esta sugestão dos membros da CDU. -----

Interveio o Sr. Presidente, no final da reunião, dizendo que há aqui uma chamada de atenção no sentido do restabelecimento de água aos antigos balneários externos ao próprio clube, que conhece bem, sendo que já esteve a falar com o Sr. Vereador António Oliveira, para, com as responsabilidades que tem nos SMAS, os seus serviços respetivos lá irem, para avaliar.-----

-----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ~ 020

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO SILVINO – BOM SUCESSO – ALVERCA DO  
RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU registam a entrada em funcionamento do parque de estacionamento do Silvino, é assim que é conhecido, no bairro do Bom Sucesso, em Alverca do Ribatejo, uma obra muito reivindicada e exigida pelas populações, desde sempre defendida pela vereação CDU, mas queriam chamar à atenção para a importância de completar a obra. -----

Agora falta completar o processo de iluminação, sendo que lhes têm chegado informação de que há necessidades de correção ou reforço da iluminação pública, no sentido de, particularmente no período da noite, o parque estar dotado de melhores condições de segurança para todos os seus utilizadores. -----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que a questão da iluminação pública é uma matéria que já estava prevista e já aprovou o respetivo procedimento, estando-se a aguardar o orçamento da EDP, para que esse trabalho seja feito. Rapidamente, assim que a EDP enviar o orçamento, o processo também avançará, sendo esta uma matéria que está em desenvolvimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 021

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
INFORMAÇÃO SOLICITADA PELA CDU SOBRE LICENCIAMENTO DE ESPAÇOS PARA  
FINS COMERCIAIS -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU não tiveram ainda a informação que solicitaram ao Sr. Presidente, embora tenha sido apenas na última reunião de câmara, relativamente ao licenciamento de espaços municipais para fins comerciais.-----

Se for caso disso, formalizarão o texto, mas pensa que não haveria necessidade, tendo a questão a ver com o levantamento de quais são, neste momento, os estabelecimentos comerciais de propriedade privada do município que estão concessionados, qual o regime ou a modalidade jurídica encontrada para o efeito, o prazo de vigência e os encargos financeiros que daí decorrem ou que poderão estar em vias de resolução. -----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma informação que vai fazer chegar aos membros da CDU. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

A 

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

REPOSIÇÃO DE CONDIÇÕES DE HIGIENE E DE SALUBRIDADE PÚBLICAS -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU foram recetores, no seu gabinete, e por uma questão de privacidade não vai entrar em detalhes sobre o seu teor, de um documento por parte de um munícipe, que tem a ver com uma situação que segundo ele se arrasta há bastante tempo, relacionada com a reposição, segundo se percebe, de condições de higiene e salubridade públicas. -----

Por uma questão de recato apenas fará a entrega do respetivo documento, no sentido de se preservar a identidade das pessoas que estão em litígio. -----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador entregou uma questão sobre higiene pública, que vai ler com atenção, e ver o que se pode fazer. -----

A

AM

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
PASSAGEM DE CAMIÕES DA BUCELBRITAS EM SANTA CRUZ - VIALONGA-----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que os membros da CDU tiveram conhecimento que passam camiões da empresa BucelBritas no meio da localidade de Santa Cruz. Crê que é para uma pedreira que esta companhia tem já na freguesia de Bucelas, e que até há pouco tempo a passagem não era feita por ali, até porque existia um sinal de proibição de passagem de camiões, mas daquilo que sabem o sinal foi retirado, e a empresa agora optou por entrar dentro desta localidade para fazer a passagem.-----  
Isto perturba muito a população de Santa Cruz, e gostariam que a câmara municipal, junto da empresa, conseguisse perceber qual é o objetivo, e dissesse que, de facto, não é o local apropriado para fazer passar camiões naquela localidade, com as estradas na condição em que se encontram.-----  
O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo, sobre a pedreira da Solvay, que não deixa de ser interessante, pois, de facto, quem na última reunião de câmara chamou à colação o assunto foi a Coligação Novo Rumo e o próprio, não foi mais ninguém, e só depois surge a discussão. -----  
Contudo, os seus membros estão preocupados com a passagem de camiões dentro das localidades, mas pensa, pode estar errado, e se estiver pede que a câmara municipal o corrija, que aquelas localidades por onde passam os camiões, naquelas zonas, são estradas municipais. Se são estradas municipais, compete à junta de freguesia fazer o respetivo regulamento de trânsito, e se foi retirado o sinal, compete à junta colocá-lo de novo.-----  
Se a junta de freguesia entende que não devem lá passar, e bem, os camiões pesados, deve-se fazer isso, coloque-se lá o sinal e eles têm que ir dar a volta. É assim que se deveria fazer, a junta de freguesia devia aprovar o regulamento, se não está aprovado, e tratar desse assunto de uma só vez.-----  
No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que se vai contactar a empresa, para se perceber o que está a acontecer, na medida em que a reunião que o executivo teve com a mesma era justamente para tentar equilibrar as situações, sabendo-se de antemão que são bem-vindas as empresas que venham laborar no concelho, mas devem ter em consideração uma série de fatores, entre



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ 024

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

os quais encontrar soluções adequadas para a sua atividade, que, conforme a Srª Vereadora referiu, parece uma mau início, que se tem de resolver.-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 025

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ESTRADA DA ALFARROBEIRA - VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando, quanto à estrada da Alfarrobeira, que há pouco tempo foi feita uma intervenção ali, num espaço antigo, na fábrica do vinagre, abriu uma nova empresa, e naturalmente essa abertura levou à necessidade de se intervencionar a estrada.-----

Aquilo que os membros da CDU viram é que, de facto, a estrada, que até há pouco tempo tinha um tapete relativamente recente e em boas condições, se encontra agora num estado um tanto ou quanto deficiente, e era bom que se fizesse o que se deve fazer, que é exigir que voltasse a ter a qualidade que tinha até então. -----

Já agora, era também importante que se pudessem pintar novamente as passadeiras que estão nesta estrada, que já se encontram um tanto ou quanto difíceis de se ver. -----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que crê que está a ser feita a reparação, hoje mesmo, de acordo com o regulamento, tendo-se que reparar 5m para um lado e 5m para outro, para ficar tudo convenientemente. Também passou por lá no domingo, na voltinha que esteve a dar, e até parou para ver o que era, tomando boa conta do assunto. -----

Assim, neste momento já está em reparação. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – QUIOSQUE - VIALONGA -----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que o seu camarada, Sr. Vereador Nuno Libório, já falou há pouco dos equipamentos de cafetaria que se encontram alugados no concelho, e os membros da CDU gostariam de perceber como é que se vai resolver o problema do quiosque da Flamenga.-----  
Daquilo que sabem, o quiosque encontra-se encerrado, e gostariam de perceber se a câmara municipal tem intenção de abrir um novo concurso para o espaço, e se existem alguns concorrentes que tivessem ficado como suplentes. Crê que na altura um foi excluído por não apresentação de um determinado documento, e não sabe se não seria boa ideia, novamente, falar com as pessoas, e perceber se estão ou não interessadas, porque o quiosque dava ali alguma animação ao parque, e neste momento está encerrado.-----  
Nesse parque há uma pequena rua, que foi feita para ligar a parte já intervencionada com a última fase do parque, a fase mais perto da rua Professor Egas Moniz, e a câmara municipal abriu a rua, mas sem alcatroar, estando com cascalho.-----  
Assim, as pessoas questionam se haverá ou não possibilidade, até porque fazia todo o sentido, de alcatroar aqueles 50m que ficaram em cascalho, e daria também, certamente, uma maior dignidade a todo o parque.-----  
No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que a pessoa a quem foi concessionado o quiosque tem uma reunião marcada com a Srª Vereadora. -----  
Respondeu a Srª Vereadora Fátima Antunes que é também com a Drª Isabel Araújo, e deverá ser esta semana.-----  
Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que pensa que, primeiro, trata-se de perceber porque é que fechou sem dar “cavaco à tropa”, e em segundo lugar tomar as iniciativas de revogar este concurso. Depois, de acordo com a sugestão que a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso deu, se calhar há condições de verificar se a pessoa que estava interessada, uma outra pessoa que estava interessada e que não foi incluída por causa de não entregar um documento, não poderá ser uma opção. -----  
Interveio a Srª Vereadora Fátima Antunes, esclarecendo que não se pode ir aos suplentes, tem que se fazer outro concurso. -----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ~ 023

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL – VILA FRANCA DE XIRA -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, e mencionando que vai falar de algumas questões, tendo depois o suporte fotográfico, como é normal, sendo que as primeiras já foram levantadas pelos membros da CDU. -----

Gostaria, em primeiro, de falar sobre a passagem superior pedonal, em Vila Franca de Xira, e do “recantozinho” de que já falaram, ao lado da lota e do início da passagem, pela insegurança que os próprios e alguns munícipes que já lhes colocaram a questão consideram que existe, e pela insalubridade. -----

Assim, pretendem saber se já se analisou a situação, e não quer dizer que seja como já disseram, que poderia ser fechado esse pequenino espaço, pois o executivo analisará. -----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que é necessário verificar o que é que ali se passa, para tentar encontrar uma solução. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----











Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 033

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

SITUAÇÃO DO VILA FRANCA CENTRO – VILA FRANCA DE XIRA -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se, muito rapidamente, e sem qualquer comentário, ao Vila Franca Centro, uma questão que foi falada na última reunião de câmara, em que o Sr. Presidente fez o favor de enviar documentação, que agradece, bem como aos serviços respetivos, pela rapidez com que foi enviada. -----

Assim, vai dizer, como disse, sem comentários, e rapidamente, que na reunião de 10 de fevereiro de 1993 o projeto de arquitetura do Vila Franca Centro foi aprovado por unanimidade, aliás, depois do anteprojeto ser aprovado também por unanimidade, em 11 de outubro de 1989. Houve nestes anos todos uma série de discussões sobre o “dito cujo”, em que houve várias votações, mas chegou-se a um consenso final em 10 de fevereiro de 1993, o que repete, por unanimidade.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se o Sr. Vereador só leu essa parte. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo ao Sr. Vereador Rui Rei para deixar o Sr. Vereador Aurélio Marques terminar.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que já disse que não ia fazer comentários, mas tem todas as atas, e já disse que houve várias votações, contra e a favor, tendo também consigo as votações. Assim sendo, termina a sua intervenção. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando ter alguns assuntos para levantar e gostaria de reposicionar uma questão, sendo que a primeira é a do Vila Franca Centro. Sabe que o Partido Comunista já habituou a todos a tentar reescrever a história, mas, vindo do seu camarada, até pensou que não faria isso. Eventualmente deve ter sido pelo tempo, só teve tempo de ler uma parte da história, e a verdadeira parte da história é que o PSD, desde 1991, votou contra a construção do Vila Franca Centro. É esta a verdade, votou contra em 20 de fevereiro de 1991, em 3 de abril de 1991, votou contra, votou contra a construção.-----

Depois, parafraseando as votações dos Srs. Vereadores, a exemplo de outros, não estão contra, às vezes até aprovam coisas menores, que foi o que fizeram na Castanheira, ainda há 15 dias. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 034

Reunião de 2016/01/27

Proc<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Agora, quanto ao ato de construção e aprovação do Vilafranca Centro, o Sr. Vereador do PSD, Jaime Antunes, votou contra e apresentou uma declaração de voto, e o Sr. Vereador Joaquim de Jesus, na altura independente, absteve-se, não aprovou. Em nenhum dos casos o PSD aprovou o Vilafranca Centro. -----  
Percebe que o Partido Comunista goste de andar acompanhado, e percebe que nessa altura andava bem acompanhado pela maioria dos construtores em Vila Franca de Xira. Participava nas festas, nas festarolas, ia aos jantares, aos almoços, percebe isso, e não era só em Vila Franca de Xira, era em Loures, era em tudo o que eram concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Era assim, percebe isso, mas os seus membros não precisam de andar acompanhados dessa coisa. A verdade é que o PSD votou contra esta construção em Vila Franca de Xira, e não vale a pena branquear nada disto, sendo que a mesma empresa que construiu o Vilafranca Centro, quando construiu, e o mesmo construtor que fez a inauguração e convidou meio mundo para essa inauguração, entraram de mão dada e de braço dado com o presidente de câmara, na altura, Daniel dos Reis Branco. -----  
Às vezes é preciso, quando nos juntamos ao poder do dinheiro, de o mascarar com o poder do povo, o que é claro, faz-se uma festa altamente burguesa e canta-se a "Grândola Vila Morena", para ficar enquadrado mais ou menos. -----  
Tendo sido interrompido pela Sr<sup>a</sup> Vereadora Ana Lúcia Cardoso, perguntou ao Sr. Presidente se agora a Sr<sup>a</sup> Vereadora pode falar, dizendo que agora estão empatados. -----  
Prosseguiu, referindo que desde o início do mandato até hoje, em todas as reuniões de câmara, os seus camaradas interrompem-no, e há pouco, pela primeira vez, fez isso. Agora a Sr<sup>a</sup> Vereadora teve um desabafo, e o próprio só perguntou se podia falar, porque se puder não tem qualquer problema, só quer é conhecer as regras, que trata da vida sem nenhum problema. -----  
Respondeu o Sr. Presidente que o tema é interessantíssimo, a forma como o Sr. Vereador o expõe, é a sua forma de expor, ao que o Sr. Vereador Rui Rei respondeu que foi a mesma de há bocado, e o Sr. Presidente fez questão de lhe dizer que o seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, estava no uso da palavra, e bem, mas estranhou agora que não fizesse o mesmo. -----  
Continuou o Sr. Presidente, referindo que aquilo que pede, tanto a uma bancada



como a outra, é que, mais uma vez, quem estiver a falar no uso da palavra tem de ser respeitado, gostem ou não do que está a ser dito, e terão depois oportunidade de replicar. Enquanto alguém estiver a intervir, tem que se ter o máximo de respeito e não interromper, e é o que pede mais uma vez. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, agradecendo e dizendo que aceita todas as interrupções, desde que a seguir o deixem também fazê-lo. Lida bem com isso, não tem problema. -----

O que quer voltar a dizer é que não vale a pena mascarar a coisa, pois os Srs. Vereadores andaram acompanhados por esta “malta”, sempre, aqui, em Loures, na Amadora, do lado de cá do Tejo, do lado de lá do Tejo. Os Srs. Vereadores votaram a favor, construíram o que entenderam construir, e é da vida. Agora, não vale a pena é tentar dizer às pessoas que afinal não, eram os Srs. Vereadores que mandavam, mas andaram todos juntos. Neste caso não é assim, pode haver outros casos onde é, mas neste não é efetivamente assim, e tem que se falar verdade às pessoas, sem nenhum outro tipo de subterfúgios. -----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, referindo que leu tudo, levou para casa, para ler com tempo. Poderia ser mais agradável fazer outra coisa, mas esteve a ler, porque francamente também tinha curiosidade em perceber. Sabia umas coisas, mas nunca tinha lido as atas. -----

A impressão que teve é que aquilo foi 3 ou 4 vezes a reunião de câmara. Foram solicitados esclarecimentos pela bancada do PS, do PSD e também do vereador de então, Joaquim de Jesus, sistematicamente foram pedidos mais esclarecimentos, e foram sendo prestados. -----

Contudo, a informação inicial, mais ou menos, foi sempre a mesma, apensa às diversas áreas, existindo um momento de alguma perturbação da audição, em que há elementos do PS que votam contra e há um que não se sabe se votou contra, se não votou, mas afinal votou também contra. Depois disso, isto tudo continuou, até que chegou ao tal dia 10 de fevereiro de 1993, em que há uma aprovação, que crê ser por unanimidade, não tem a certeza, mas com declarações de voto e exigências várias, etc. Na parte do Partido Socialista a despesa da conversa foi feita pelo saudoso Acácio Barreiros, veja-se portanto quando é que isto foi, e nessa altura ouviu umas coisas, mas não conhecia de todo, tendo ficado a conhecer



agora quando leu as atas. -----  
Cada um tomou as responsabilidades que tomou, sendo verdade que, se se pudesse voltar atrás, se calhar o Vila Franca Centro era necessário mas não ali, e agora apetecia-lhe até dizer que “a plataforma logística era necessária, mas não ali, porque efetivamente era um empreendimento que agitou a cidade, foi importante para a cidade, mas em termos de volumetria, como aliás foi referido, principalmente pela bancada do Partido Socialista, era um edifício com uma volumetria que, para aquela zona, era excessiva.-----  
Talvez fosse importante fazê-lo, não ali, num local mais aberto, tendo sido estas as impressões com que ficou. Cada um falou o que tinha a falar, houve, na sua opinião, muitíssimas reservas sobre construção do Vila Franca Centro, o processo foi muitas vezes a reunião de câmara, até que chegou a um ponto, não sabe se por cansaço, porque é que foi, foi votado favoravelmente, e é aquilo que pode dizer. ----  
Terminou, referindo que a seguir dará a palavra a uma bancada e a outra, porque esta matéria exigirá, presume, mais alguma conversa. -----  
Interveio o Sr. Vereador Orlando Silva, dizendo que poderá dar mais um esclarecimento, porque está um bocado por dentro da situação, que não abrangia só aquilo, abrangia a Estalagem do Gado Bravo e não só.-----  
O Sr. Presidente interveio, referindo, já que o Sr. Vereador falou, que lhe pede para esperar um segundo, para dar primeiro a palavra ao Sr. Vereador Aurélio Marques, que já a tinha solicitado. -----  
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que quando falou da primeira vez foi muito sintético, e sem qualquer polémica, que não interessa. Já passaram quase 25 anos, e até estava noutra, não estava na câmara municipal. Também tem conhecimento, porque era autarca, confirma agora o que já tinha dito na Castanheira, estava nessa altura na assembleia de freguesia, e não era pela sua bancada de agora, era pelo Partido Socialista. Portanto, acompanhou também um pouco disto.-----  
Tinha esta ideia, mas como foi apresentada essa situação, pensou que a sua memória já estava a perder um pouco de qualidade. Corrobora tudo o que o Sr. Presidente disse, e ia dizer, rapidamente, que o Sr. Vereador Rui Rei apresentou uma data de reunião onde se votou contra, e houve outras, como o Sr. Presidente



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

1

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 037

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

disse, até a hilariante que focou, de ter que se fazer uma segunda votação, porque o vereador do PS absteve-se ou não se absteve. Depois, quando foi, em 1989, aprovado o anteprojecto ou o estudo prévio, a seguir foi aprovado também por unanimidade. Dir-se-ia que era uma “monstruosidade”, pela volumetria, a cêrcea, tinha hotel, tinha habitação, tinha essas coisas todas, e tudo isso foi reduzindo. Houve eleições, e embora ficassem outros, apareceram outros vereadores, e pediu-se a reanálise do projecto várias vezes, tal como se disse, pelo que não vai repetir. -- O Sr. Presidente sintetizou tudo o que o próprio tem, só não falou nessas datas, porque salvaguardou que tinha havido outras coisas, e aquilo a que se quer cingir é à data, como o Sr. Presidente também focou, de 10/02/1993, em que não era só o projecto de arquitectura, era também a demolição da zona envolvente, que também foi aprovada. Assim, vai ler muito rapidamente: “Foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto apresentado, com as reformulações necessárias e referidas pelos serviços e remetidas às várias entidades”. -----

Vai-se permitir falar também, mas rapidamente, na satisfação dos intervenientes. Já que se nomearam nomes, e nunca nomeou nomes, porque alguns infelizmente já desapareceram, mas é obrigado a dizer que o Sr. Vereador Fernando Moutinho, de entre outras coisas, disse: “Por outro lado, em relação à solução que foi encontrada por esta câmara municipal, com este projecto e para o espaço em apreço, manifesta a sua satisfação, enquanto eleito pelo PSD, pela evolução que este processo teve, nomeadamente, porque acha que foram encontradas soluções em termos esculturais e em termos de resposta às necessidades de Vila Franca de Xira”. -----

O Sr. Vereador Acácio Barreiros também salvaguardou a questão, todos salvaguardaram, é justo dizê-lo, ainda bem que teve esta evolução, e se calhar, se houvesse mais anos, aquilo era mais reduzido, mas disse, entre outras coisas, que “este projecto integra-se no conjunto da cidade e pensa que, nesse sentido, é uma proposta mais positiva”.-----

Por fim, o que diz é que não está a defender ninguém, está só a constatar factos, e porque foi falado noutra reunião, nem foi o próprio que falou, mas o presidente, na altura, Daniel Branco, disse, “no sentido de se conseguir o melhor aproveitamento possível em todos os aspetos do edifício, designadamente o aspeto estético, que

lhe parece ter sido encontrada uma boa solução”.-----  
Neste sentido, não disse qualquer inverdade, e da análise que faz ressalva, e muito bem, pois não falou e se calhar devia ter falado, algumas votações que houve, até do Sr. Vereador Jaime Antunes, que algumas vezes se absteve, e do saudoso Joaquim Jesus, que votava em contrapé em relação ao PSD. -----  
Quanto a esta situação, para si a aprovação final do projeto, do que está ali, que já não é o que está ali, porque agora está degradado, mas na altura, foi nesta reunião, e houve essa evolução. Só queria dizer isto, e foi mais até pelo que se falou de uma certa bancada, e por acaso não foi o Sr. Vereador Rui Rei, que falou aquilo que se disse da outra vez. -----  
Só por isso pediu e trouxe o assunto à reunião, mas vale o que vale. Deve-se falar do futuro, passado é passado, não está a fazer a defesa da sua bancada, mas parece que os males todos foram, àquela altura, desta bancada, embora, como disse, na altura não estava nesta bancada.-----  
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que é a história. -----  
O Sr. Vereador Orlando Silva interveio, dizendo que houve várias fases, e está um pouco metido nesta questão, porque uma das fações que beneficiou com a situação foi a família do seu irmão, porque o avô dele era o dono da Estalagem do Gado Bravo, do cinema, da outra parte de baixo do cinema antigo e tudo o mais. ---  
Isto deu grossa discussão, porque, primeiramente, o seu pai, por razões que não vêm agora ao caso, só permitia que o negócio fosse feito se a Estalagem do Gado Bravo fosse incluída no negócio. Quem comprasse tinha que comprar também aquilo, e logo aí começou a haver uma situação de discordância e de finca-pé, em ver como é que era resolvido. Foi ultrapassado, foi resolvida a situação, mas depois acabou por dar uma zanga consigo e com o seu pai, de palavras, exatamente por causa da cércea, porque era uma coisa monstruosa, tinha mais 3 ou 4 andares do que os prédios que lá estão ao lado. -----  
O PSD foi contra a situação, e o que o seu pai dizia era que estava sempre contra, porque a ele interessava-lhe que o negócio fosse por diante, mas o PSD defendia a situação de que, politicamente falando, aquilo não tinha pés nem cabeça, e daí a questão do Engº Jaime Antunes ter votado contra. O processo foi reformulado, toda a situação foi mais ou menos ultrapassada, e depois colocava-se uma terceira



situação.-----

Para aquilo ir abaixo tinha de haver uma sala de espetáculos em Vila Franca de Xira que substituísse as que estavam ali, e enquanto não houve um despacho do Secretário de Estado da Cultura da altura, que era o Dr. Pedro Santana Lopes, a situação não podia avançar. Depois de muitas coisas houve eleições, como o Sr. Vereador Aurélio Marques disse, e muito bem, saiu o Engº Jaime Antunes, e por aí fora, e as pessoas que estavam à testa do PSD na altura tinham outras ideias, e acabaram por votar. Contudo, a sua posição, sempre, e frontalmente, era contra aquela situação, embora sabendo que estava a prejudicar a sua família, mas era a posição, no meio daquilo tudo. Assim, em traços largos, foi o que se passou, só à terceira, à quarta ou à quinta vez é que isto avançou.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que é exatamente isto, é muito importante fazer este retrato, e o próprio, na reunião da Castanheira do Ribatejo, quando o camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, pediu, disse logo para trazerem a ata do Ateneu, porque é para ficarem demonstradas todas estas questões que disse o Sr. Vereador Orlando Silva, e a votação que aí está.-----

Todos defendem a cultura, os cinemas, mas quem é que aprovou deitar abaixo aquele cinema histórico? Quem é que aprovou deitá-lo abaixo? Essa é a questão essencial, aquilo que ali está, e o de Alverca, sendo que o Sr. Vereador Fernando Pedro Moutinho, quando votou, e está escrito na ata, votou com essa ressalva. Era, se não se engana, o Machado Lourenço, à época, vice-governador, e trabalhou junto com a Secretaria de Estado para que se pudesse viabilizar o Ateneu Artístico Vilafranquense, mas não tem nada a ver com a conceção do projeto.-----

Quando veio à reunião de câmara a proposta para se votar aquilo, o PSD, bem ou mal, votou contra, e o Joaquim de Jesus absteve-se. Foi isto que o PSD fez, e não tem nada a ver com o que vem a seguir. Pode-se andar aqui 1 500 000 vezes, e têm que se usar os próprios argumentos dos membros da CDU.-----

A seguir foi a consequência geral, mas a posição política de início foi contra. Agora, não vale a pena dizer-se se se estava mais acompanhado ou bem acompanhado, há uma coisa que é muito clara: Genericamente, o seu amigo, Sr. Vereador Aurélio Marques, estava salvaguardado, porque estava noutra bancada, e aliás já ressalvou isso, e agora só está a fazer de Pacheco Pereira, que é juntar os



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

M

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 040

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

documentos e, um dia destes, editar um livro. Percebe isso, não tem problema.-----  
Tendo sido interrompido pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, o Sr. Presidente chamou a atenção da mesma, tendo o Sr. Vereador prosseguido, dizendo que bem tenta, mas depois interrompem-no. Sabe que isto dói, e se não doesse a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso ignorava, mas os Srs. Vereadores geriram o concelho, tomaram opções para o concelho. -----

O próprio erra todos os dias, mas é o fascista, o tipo que está sempre junto dos "tipos do capital", é o que ouve por aí, e o que quer dizer é que quem mandou com aquele projeto que ali está, quem o aprovou e foi o mentor, foi obviamente o Partido Comunista, que geria a câmara municipal, com o Engº Daniel dos Reis Branco, que hoje não é um munícipe de Vila Franca de Xira, é um munícipe, do que julga saber, de Oeiras, de uma zona pobre do distrito de Lisboa. O próprio mora na Póvoa, e essa "malta" mora em Oeiras.-----

Tendo sido novamente interrompido, respondeu que ainda não terminou. -----  
Interveio o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Vereador Rui Rei que não faça esse tipo de apreciações, pois cada um vive onde quer.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando ao Sr. Presidente quais apreciações, e se quer que abra a Internet, de um 1 500 000 insinuações que vêm daquela área, sobre um 1 500 000 pessoas que andam aí, que dizem, "que está ali" ou "que mora ali" ou "que faz acolá". Só está a constatar, e questiona qual é o mal de constatar, que, sendo fascista, mora na Póvoa de Santa Iria, e o outro, que é burguês, mora em Oeiras. Qual é a diferença, qual é o problema de constatar isto? Não tem nenhuma insinuação, o senhor em questão mora em alguma barraca?-----

Tem algum problema constatar que a empresa que construiu o centro comercial em Vila Franca de Xira foi a Obriverca, que deitou aquilo abaixo, e foram estes senhores que aprovaram? Entraram na inauguração de braço dado com eles, e passados uns anos vinham aqui, à mesma reunião de câmara, dizer que na Obriverca eram uns malandros. Tem algum problema dizer que a Obriverca foi quem construiu a Malvarosa, que os Srs. Vereadores votaram contra, e agora falam de um conjunto de coisas? Qual é o problema? É o histórico da coisa, a vida é feita daquilo que se faz, é feita dessas coisas, e não se pode vir tentar apagar aquilo, e o traço não ficar lá. O seu camarada, Sr. Vereador Fernando Moutinho, e volta a



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata     →     041  
Reunião de 2016/01/27  
Procº \_\_\_\_\_  
Deliberação nº \_\_\_\_\_

dizer, nada tem contra, votou o que tinha de votar. Votou na defesa de uma grande instituição deste concelho, que se chama Ateneu Artístico Vilafranquense, e é o que está escrito. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que vai continuar a dar as respostas. -----

Tendo-se continuado a ouvir barulho na sala, respondeu o Sr. Presidente que os Srs. Vereadores podem-lhes facilitar a vida, que acaba já com a reunião. Pelo respeito que lhe merecem, estava a tentar responder a todas as questões que colocaram, mas se continua assim, a coisa está resolvida, não há mais resposta nenhuma, e a reunião da câmara municipal acaba.-----

Pensa que não é isso que os Srs. Vereadores querem, pois tem a certeza absoluta que gostam muito de o ouvir. Se gostam de o ouvir, então dá mais um bocadinho, e irá às respostas. -----

A continuar assim acaba, e vão-se fazer coisas mais interessantes, como almoçar, e o próprio ir para férias. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

AVISOS EM PRÉDIOS NO PARQUE RESIDENCIAL DE POVOS – VILA FRANCA DE XIRA --

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, cumprimentando todos os presentes, dizendo que os membros da CDU gostariam de levantar algumas questões, e como pensa que já foi dito pelos seus camaradas de bancada, irá ser feito chegar um documento com algumas das situações.-----

Uma delas tem a ver com um dos prédios no parque residencial de Povos, junto à rotunda de acesso ao hospital, que tem colocados dois avisos de queda iminente de objetos, dizendo um deles “queda de objetos, não estacione aqui”.-----

De qualquer das maneiras o passeio está livre, os avisos estão colocados na porta, e toda a gente passa por ali.-----

Aquilo que gostariam de saber é se a câmara municipal tem conhecimento desta situação, e, se não, pensa que deveria tentar perceber o que se passa. Por aquilo que se inteiraram há queda de azulejos daqueles prédios com alguma regularidade, e provavelmente era necessário tentar ver junto de quem é a responsabilidade do prédio, ou de mais alguém, no sentido de tentar resolver para já. O problema se calhar não é fácil, mas trata-se de saber como se vai impedir, pelo menos, que se passe por ali.-----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma matéria que está no urbanismo, e a fiscalização municipal conhece esse problema, tendo já sido notificado o respetivo condomínio, no sentido de fazer as obras que tem de fazer, porque, em termos de cobertura da fachada, ou porque foi mal colocada, ou porque a solução não é boa, os azulejos estão todos a cair. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
SINALÉTICA DANIFICADA NA ROTUNDA DE ACESSO À PLATAFORMA LOGÍSTICA –  
CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo-se a uma situação que é infelizmente regular, e o caso a que se reporta tem a ver com um acidente, a da sinalética na rotunda de acesso à plataforma logística da Castanheira do Ribatejo.-- Infelizmente a situação acontece muitas vezes, provocada por acidentes, trata-se da queda da sinalização que está há algum tempo no chão, e outra por algum vandalismo, que há em muitos sítios.-----

De qualquer das maneiras os membros da CDU apelam a que, em casos destes, e não sabe se este é, se tem a ver com o sinistro ou com as seguradoras, a câmara municipal, dentro das suas possibilidades, tente repor a correta sinalização que está deitada no chão. -----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 044

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
SITUAÇÕES DIVERSAS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DO RIBATEJO  
E CACHOEIRAS -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo-se a algumas situações passadas na União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, tendo a primeira a ver com o lugar de Santo Estêvão, e um passeio na EN115-4, numa zona que em princípio devia ser de passagem de peões, e que tem uma série de tampas abertas.-----

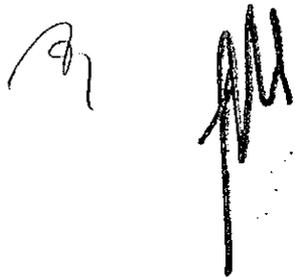
Pensa que tem alguns tempos, não dirá anos, mas meses, e provavelmente terá sido feito este levantamento para algum trabalho, de qualquer maneira as fotografias e a localização vão ser enviadas, para se perceber. A área continua aberta, numa zona de passagem, tendo tampas de cimento levantadas numa zona que pressupõem que seria de passagem.-----

Uma outra situação tem a ver com a deterioração de uma das estradas na zona que liga a rua Casal da Rocha a Santo Estêvão, em que a estrada, por falta de escoamento das águas, e estas situações normalmente acontecem mais, como é natural, e infelizmente, por altura das chuvas, tem o piso todo degradado, tendo em conta que a água não tem zona de saída, e vem toda para a estrada.-----

Depois, outra nota também é na rua Gago Coutinho, no lugar da Igreja, nas Cachoeiras, tendo a ver com um contentor de resíduos urbanos que parece que está meio perdido.-----

Uma outra respeito à estrada camarária das Cachoeiras para Santo Estêvão, em que existe um acesso a um terreno que tapou uma passagem de água. Há uma pequena ribeira, e com a passagem que foi feita, de acesso a um terreno agrícola, entendendo os membros da CDU que é isso que está feito, não houve as devidas condições, e toda a água que deveria ir para a ribeira vem para a estrada. Para além de poder vir a provocar acidentes, com a água a manter-se a deterioração do piso vai continuar, e piorar.-----

Depois, há uma situação que pensa que já foi colocada, para a qual voltam a chamar à atenção, relacionada com a colocação dos ecopontos na rua Calouste Gulbenkian, no lugar das Quintas, na Castanheira do Ribatejo. Tendo em conta que todos estes ecopontos estão colocados em cima do passeio, percebe-se que por



dificuldades de colocação, questionam se não se deveria, provavelmente, apontar para enterrar os ecopontos, de acordo com as novas soluções. -----  
Ainda no lugar das Quintas, e para terminar, entre a rua Pimenta e a rua 26 de Novembro há um local em que parece, de alguma forma, que alguém deixa lixo ao ar livre, em plena praça, por exemplo, colchões. Há ali uma série de entulho, que não é de obras, dá ideia que não é entulho de obras, e que de vez em quando alguém vai por ali e deixa materiais.-----  
Provavelmente não serão zonas em que é regular os serviços municipais passarem, e têm indicação de que aquilo já estará ali há bastante tempo, mas dever-se-ia fazer uma passagem por ali, e verificar o que se passa. -----  
No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Vereador António Oliveira para, no bairro de Santo Estevão, verificar esta questão das tampas abertas, que, segundo diz o Sr. Vereador, são de cimento, bem assim como a situação no Casal da Rocha e os contentores na Gago Coutinho. Nas Quintas há a questão da mudança dos ecopontos, e também do entulho que anda por lá espalhado. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 046

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ESTAGNAÇÃO DA CIDADE DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Orlando Silva, cumprimentando os presentes, dizendo que na última reunião de câmara, realizada na Castanheira do Ribatejo, levantou um problema relacionado com a estagnação em que se encontra a cidade de Vila Franca de Xira, e disse, entre outras coisas, que a cidade em alguns pontos está “morta” e em outros em “coma” mais ou menos profundo. Respondeu o Sr. Vice-Presidente que não é da mesma opinião, afirmando que se vê um crescendo no que toca ao comércio local, com abertura de várias lojas.-----

Não foi possível, na segunda ronda de intervenções, contestar estas afirmações, pelo que gostaria, sobre este assunto, de dizer que efetivamente têm aberto algumas lojas na cidade, mas analisando os motivos dessa abertura ter-se-á de concordar que são fruto do fecho do Vila Franca Centro, que originou a que alguns dos lojistas procurassem novos espaços onde pudessem desenvolver ou continuar a desenvolver a sua atividade fora do mesmo, e um pouco ao “Comércio Investe”, patrocinado pela Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos - ACIS, que proporcionou a remodelação de alguns estabelecimentos e abertura de algum pequeno comércio.-----

Por isso, os membros da Coligação Novo Rumo entendem que alguma coisa terá de ser feita muito rapidamente, com a intervenção da câmara municipal, junta de freguesia, ACIS e comércio local, no intuito de alterar este estado de coisas. Vila Franca de Xira tem potencialidades que podem serem perfeitamente exploradas, nomeadamente na vertente turística, desde que da parte das entidades interessadas se procurem soluções para colmatar este problema. -----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador Orlando Silva fala numa situação que só não é mais grave, porque há um hospital modelar. Por isso é que Vila Franca de Xira tinha um problema de “coma”, certamente do tempo do Vila Franca Centro, neste momento não tem, e por isso, se tiver um problema “comatoso” novamente, está ali o hospital para resolver.-----

O que diz ao Sr. Vereador Orlando Silva, com toda a simpatia e muita consideração que tem, é que é o discurso político que muitas vezes está fora da realidade, mas fica-se por aqui. O discurso político é isso mesmo, os Srs. Vereadores pretendem o



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata      **047**

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

melhor para Vila Franca de Xira, só que os tempos mudaram, são outros, aquilo que era o centro do mundo, que era Vila Franca de Xira, deixou de o ser porque os outros municípios vizinhos também se desenvolveram, e para aquilo que vinham fazer a Vila Franca de Xira já não necessitam de vir, porque nos seus próprios municípios já resolvem os seus próprios problemas. -----

Hoje está-se numa fase diferente, têm que se diversificar os interesses de atração de pessoas, que é o que se faz com a requalificação da zona ribeirinha, a construção da biblioteca da Fábrica das Palavras, o Museu do Neo-Realismo e uma série de investimentos que a câmara municipal fez. Portanto, ao não considerar isto, ou o esforço que tem sido feito a esse nível, o que diria é que, se o Sr. Vereador gostava de mais, também o próprio, e nisso estão de acordo. Agora, dizer que Vila Franca de Xira está em "coma", parece excessivo. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 048

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PROBLEMAS RELACIONADOS COM O TRÂNSITO – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Orlando Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de trazer alguns problemas relacionados com o trânsito, que no entender que têm carecem de alguma reflexão por parte dos serviços técnicos da autarquia, mas também da edilidade a que todos pertencem.-----

Assim, numa das últimas reuniões camarárias, concretamente a de 9 de setembro de 2015, realizada em Vila Franca de Xira, foi levantado o problema dos semáforos existentes na estrada que liga Vila Franca de Xira a Arruda dos Vinhos, na zona do Bom Retiro.-----

Este problema não é o único existente, quer na zona do Bom Retiro, quer em outras zonas da cidade, e há que rever o posicionamento de certas passadeiras para peões, que não se encontram colocadas nos melhores locais, com a colocação de lombas que obriguem à redução da velocidade de diversos veículos, podendo-se, por exemplo, e por estranho que possa parecer, ver a velocidade que atingem autocarros da Rodoviária e até carros da recolha de lixo da autarquia.-----

Como exemplo, é possível verificar o que se passa na rua José Cardoso Pires, uma rua que tem uma inclinação, termina numa curva que a liga à rua Pedro Nunes, e nesta última foi agora colocada uma passadeira que serve unicamente 4 a 5 pessoas, no máximo. Em alternativa, consideram que seria preferível colocar uma lomba no final da referida rua e a construção de um passeio na rua José Cardoso Pires, do lado direito de quem sobe, do que a passadeira que ali foi colocada.-----

Talvez as pessoas não se apercebem da velocidade com que entra nesta rua quem vem de cima, da rua José Cardoso Pires, mas quem quer que passe ali, mesmo com a passadeira, sujeita-se a levar com um carro em cima.-----

Outra situação é na rua traseira à câmara municipal, onde acontece exatamente a mesma coisa, e pensa que colocando umas lombas se poderia obviar a que algum dia possa acontecer um problema mais grave com algum munícipe.-----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que a questão do trânsito e semáforos é aquela história que se tem vindo a falar, e ver-se-á se se consegue resolver, bem assim como na rua José Cardoso Pires.-----


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saudar a eleição da nova direção e a tomada de posse dos bombeiros voluntários de Vila Franca de Xira, e colocarem-se solidariamente ao lado dos bombeiros do concelho, face à atitude menos democrática, correta, institucional do hospital de Vila Franca de Xira, face aos transportes de doentes que os bombeiros fazem. -----

Solicita que a câmara municipal faça uma avaliação do que se está a passar, e questione o hospital sobre o que se passa face a esta matéria, porque os bombeiros são uma entidade absolutamente essencial no Serviço Nacional de Saúde e no transporte de doentes para o respetivo hospital.-----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que se tomou boa nota, porque também na tomada de posse, onde esteve presente, dos bombeiros de Vila Franca de Xira, esta matéria foi colocada, e efetivamente julga que há sempre possibilidade de encontrar soluções e, desejavelmente, com os bombeiros. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 050

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

OBRAS DA URBANIZAÇÃO DA CRUZ DE PAU – SÃO JOÃO DOS MONTES-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que volta a questionar o Sr. Presidente sobre as obras da urbanização da Cruz de Pau, em São João dos Montes, chamando à atenção que o Sr. Presidente disse que faria chegar à Coligação Novo Rumo a informação sobre este assunto, que envolvia longas conversas com a Caixa Geral de Depósitos, e os seus membros gostariam de saber como está a execução das garantias bancárias.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que deverá chegar hoje a informação ao gabinete dos Srs. Vereadores, pois despachou o assunto ontem à noite, e deve estar em trânsito.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que então não tem problema, vão ler, e se tiverem dúvidas voltarão a falar.-----

Interveio o Sr. Presidente, no final da reunião, referindo que certamente os Srs. Vereadores já lá têm as informações que pediram.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata    **051**

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
SITUAÇÃO DA PROMOCASA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo já solicitaram uma relação dos compromissos com a Promocasa e a verba de 140 000,00€ para a gestão com a Promocasa. Neste sentido, precisam de saber como está o passado, o presente e o futuro, para conseguirem ter uma opinião verdadeiramente desta relação entre a câmara municipal e a Promocasa.-----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, referindo que este é um assunto que se tem de tratar, porque têm que se tomar decisões importantes a este nível, que passam certamente muito também com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Por isso, há processos que se iniciam, que se desenvolvem, e chega a um momento em que provavelmente, ou caminham noutro sentido, ou acabam. Não vai dizer muito mais do que isto, e pensa que já está a dizer muito.----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
REQUERIMENTO ENVIADO À CÂMARA MUNICIPAL – SOLAR DAS MARINHAS – PÓVOA  
DE SANTA IRIA -----

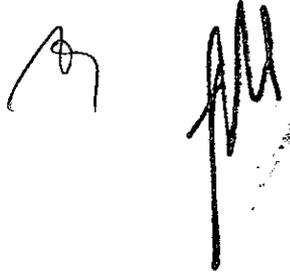
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo enviaram um requerimento à câmara municipal, no dia 19 de janeiro, após o término das obras na fase final da EN10 e na reconstrução dos muros de suporte no Solar das Marinhas, e a respetiva pintura da zona que ali foi feita. Tratava-se da execução do muro, do passeio, do alcatroamento de alguma daquela zona, e depois a pintura. -----

Discutiram em reunião de câmara uma proposta que o próprio trouxe sobre aquela matéria, nomeadamente com algumas rotundas que poderiam ser executadas, e o espanto dos membros da Coligação Novo Rumo é que a única alteração que é feita é só da parte interior do Solar das Marinhas, que tem o Pingo Doce do lado direito, o Lidl do lado esquerdo e umas empresas em frente, em que a única coisa que a câmara municipal fez foi tirar aquelas três entradas e criar um único separador central. -----

Não fez nenhum alargamento da EN10, o que quer dizer que quem chega para virar à esquerda, da estrada nacional para dentro, continua a parar no meio da estrada, e ainda a semana passada lá existiram acidentes. Portanto, volta a perguntar: No mínimo, a câmara municipal, já que fez aquela obra ali, não conseguiria ter alargado ligeiramente aquela zona do cruzamento, para criar uma zona de proteção à paragem dos automóveis que viram à esquerda? Consideram que no mínimo é fazer esta alteração, e perguntam porque é que efetivamente ela não foi tratada. -----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que confessa que a questão que estava em cima da mesa, de que se lembra, e sem que esta da "stockagem" de viragem à esquerda possa ser uma situação a analisar, se bem que o espaço lhe parece relativamente curto para o efeito, aquilo que era a grande decisão para se tomar era uma rotunda a 100m dali, que é a escapatória por Loures. Essa é que é a grande decisão que se tem de tomar, e, do que se lembra da discussão desta matéria, era a grande decisão. Assim, é uma questão que se tem de ver mais tarde. -----





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
PROTOCOLO DE CEDÊNCIA COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA –  
PARQUE DE ESTACIONAMENTO -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, voltando a perguntar, porque ainda não o viu,  
sobre o protocolo de cedência com a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira,  
face ao parque de estacionamento junto aos bombeiros.-----

O protocolo era importante, os membros da Coligação Novo Rumo já o pediram  
várias vezes, e ainda não lhes foi entregue este documento, para o poderem  
avaliar e tomar efetivamente uma decisão da parte dos mesmos. -----

No final da reunião, interveio o Sr. Presidente, dizendo que há de encontrar o  
protocolo para enviar, que ainda não tem. Já procurou bem, mas ainda não o  
encontrou, tendo a câmara municipal obrigação de o ter cá. Só em última análise é  
que vai solicitar ao Sr. Presidente da junta o protocolo. -----

Tendo-lhe sido dito que deverá ser de 1993, referiu já ter pedido aos serviços para  
o procurarem, já solicitou novamente para procurarem, e é capaz de estar num  
arquivo daqueles que se têm por aí espalhados, e ainda não se encontrou. A  
câmara municipal é que tem de o encontrar, sendo que, em última análise, irá  
pedir à junta de freguesia, ao seu presidente, que lhe faça chegar o respetivo  
protocolo.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 055

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

SAUDAÇÃO DE RECONHECIMENTO À MITHÓS-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que gostaria de terminar com uma saudação dos membros da Coligação Novo Rumo ao reconhecimento à instituição de Vila Franca de Xira, Mithós, como organização não governamental de pessoas com deficiência, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que crê que estarão todos de acordo em enviar esta saudação à Mithós, pelo seu meritório trabalho em prol da deficiência, sendo que toda a comunidade deve fazer um esforço de, cada vez mais, a integração ser uma preocupação do dia a dia. -----

Portanto, estando todos de acordo, esta saudação, que foi feita pelo Sr. Vereador Rui Rei, em nome da Coligação Novo Rumo, será enviada. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA  
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

## Saudação

### Mithós - Histórias Exemplares

#### Reconhecimento como Organização Não Governamental de Pessoas com Deficiência

A Coligação Novo Rumo saúda vivamente o reconhecimento da **Mithós - Histórias Exemplares** como Organização Não Governamental de Pessoas com Deficiência (ONG PD), de âmbito local, pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, IP, tendo assim adquirido a natureza de pessoa colectiva de utilidade pública.

A Mithós tem vindo a assumir um papel importante na cidade de Vila Franca de Xira e no nosso Concelho e que, transcrevendo parte do Decreto-Lei nº106/2013 de 30 de Julho que define o referido estatuto, "se traduz, por um lado, na representatividade das pessoas com deficiência e suas famílias nos diferentes fóruns, formais ou informais e, por outro lado, na estreita articulação com os diferentes organismos da Administração Pública para o desenvolvimento das respostas sociais mais adequadas às necessidades destes cidadãos."

Por conseguinte, a Coligação Novo Rumo propõe que seja enviada em nome da Câmara Municipal à **Mithós - Histórias Exemplares** uma saudação especial por este reconhecimento, na certeza que continuarão o caminho de excelente trabalho que até aqui têm percorrido.

Vila Franca de Xira, 27 de Janeiro de 2016

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Ribeiro Rei

Orlando Silva



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 056

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
QUESTÕES RELACIONADAS COM O PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA E COM A  
ORDEM DO DIA -----

No final das perguntas colocadas no período antes da ordem do dia, o Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, pedindo ao Sr. Presidente para usar da palavra, ao que este respondeu que agora não vai deixar, mas o Sr. Vereador terá e dar-lhe-á a oportunidade, pois nada ficará por responder, o que depende de todos. Se não for hoje será noutra oportunidade, mas crê que haverá condições, se se for célere e eficaz, de responder a tudo. Assim, passará à ordem do dia, e no final voltar-se-á às respostas. -----

Quanto à ordem do dia, os pontos 10,11,21,22 e 35 têm que ir à assembleia municipal próxima. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que gostaria, em nome dos membros da CDU, de requisitar a gravação áudio das reuniões de 18 de novembro de 2015, em A-dos-Loucos, e esta última, de 13 de janeiro de 2016, na Castanheira do Ribatejo, quando for possível. -----

Perguntou o Sr. Presidente se o Sr. Vereador quer ouvir ou quer a gravação, ao que respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques que querem mesmo a gravação. -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, pedindo ao Dr. Fernando Barreiros para fazer chegar as gravações ao gabinete da CDU, e questionando, para seu esclarecimento, se a ata reflete o que terá sido dito, e se isso não está em causa.---

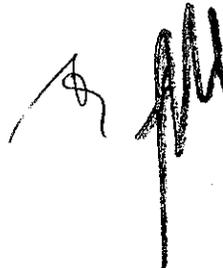
Respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques que não está em causa, pelo contrário, nunca colocaram em causa as atas. Gostariam de ter a gravação, mas não tem nada a ver com as atas. Está tudo bem, e aliás até pensa que uma já foi aprovada.-

Interveio novamente o Sr. Presidente, dizendo que a ata reflete o que foi dito.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador, mencionando que quanto a esta última ainda não sabem, mas é normal, refletem sempre, nunca tiveram qualquer problema, e leem as atas também. -----

Questionou o Sr. Presidente, se não fosse assim, como é que iam aprová-las, o que seria um contrassenso, dizendo ainda que o próprio às vezes pede ao seu gabinete de apoio para as ler, e só quando há uma situação que exige a sua leitura é que a faz.-----





Assunto: ATA N<sup>o</sup> 29/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2015/12/30-----

Presente para aprovação a ata n<sup>o</sup> 29/2015, da reunião de câmara de 2015/12/30, com dispensa da sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que a ata não está correta, e era preciso que os serviços olhassem para ela. Uma folha da ata começa com, “Tomou a palavra o Sr. Presidente, cumprimentando todos os presentes, dizendo que gostaria de levantar alguns assuntos nesta reunião, e terminar com uma declaração (...)”, e diz ainda “O primeiro tem a ver com a tauromaquia (...)”, o que não foi dito pelo Sr. Presidente, foi pelo próprio. -----

Portanto, era bom que se avaliasse esta ata, só para clarificar. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que, com a alteração sobre essa matéria, todas as saudações são bem-vindas. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que é só corrigir, até porque depois diz-se na ata, mais à frente, “(...) não deixa de ser interessante que das primeiras intervenções que o atual Governo fez na Assembleia da República, fosse (...)”, e não foi o Sr. Presidente que o disse. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que, se bem se recorda, num determinado contexto disse que “há coisas mais importantes”. Foi o que disse, e mantém, pois efetivamente há coisas mais urgentes e prioritárias. -----

Contudo, relativamente à saudação, se foi o Sr. Vereador que a fez, corrige-se, e portanto, com essa correção, aprova-se a ata. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata n<sup>o</sup> 29/2015, da reunião de câmara de 2015/12/30, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Orlando Silva, por não ter estado presente. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: CELEBRAÇÃO E OUTORGA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM A  
APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, SA-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2016/01/20, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da celebração e outorga do contrato interadministrativo a estabelecer entre o município e a APL – Administração do Porto de Lisboa, SA, com vista à utilização, gestão e exploração, por parte do município, de três parcelas integradas no domínio público do Estado, afetas à APL e sob jurisdição desta, nos termos legalmente aplicáveis. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a câmara municipal apresenta uma proposta para que se celebre um contrato interadministrativo com a Administração do Porto de Lisboa, SA, e os membros da CDU pedem ao Sr. Presidente para compreender o reparo que fazem, o de que esperam que não se torne uma prática que documentos com esta densidade ou complexidade não sejam acompanhados com a devida e correta informação para que, de forma atempada, possam conseguir formular um juízo de opinião de natureza política sobre as matérias.-----

É um direito que lhes assiste enquanto força da oposição, e têm o entendimento que este contrato administrativo, com as suas cláusulas e aquilo que se propõe, de se manter durante um prazo de vigência bastante alargado, que são 10 anos, justifica que o assunto não seja hoje deliberado, e sejam adicionadas informações de natureza relevante, que de seguida referirá.-----

O seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, também tem algumas questões para colocar, mas o que diz, de uma forma muito simples, é que a câmara municipal propõe isentar o município do pagamento de licenças no usufruto de áreas de domínio público privado que estão sob tutela e jurisdição da administração portuária, estando-se a falar de infraestruturas de natureza portuária, que servem fundamentalmente os pescadores da comunidade Avieira de Vila Franca de Xira. -----

Como em tudo na vida, ninguém dá nada sem receber, estão muito habituados a verificar isso na vida, que as entidades da administração central não dão nada ao poder local, e muitas das vezes colocam-no numa situação de dificuldades



acrescidas, uma vez que empurram competências e responsabilidades sem a transferência imediata ou paralela dos meios financeiros para esse fim, mas mesmo assim propõe-se que o município fique sem pagar taxas e licenças para usufruto dessas infraestruturas de apoio à pesca, junto à ponte Marechal Carmona, colocando-se ao mesmo a exigência de manutenção dos fundos navegáveis, ou seja, das dragagens durante o período de 10 anos, além da conservação das infraestruturas que são da propriedade privada do município.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que isso a câmara municipal já faz.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Presidente está a dar uma novidade.-----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que se assim não fosse as questões de atracagem eram, em alguns casos, inexistentes. -----

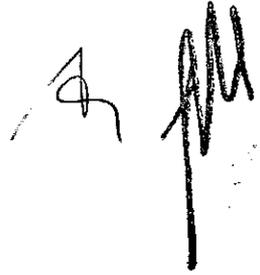
Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que pensa que o Sr. Presidente haverá de estar a falar de duas intervenções de dragagem, uma para a marina de Vila Franca de Xira, da UDV – União Desportiva Vilafranquense, e outra para o cais entre a Padeirinha e o Cais 14, em Alhandra, no sentido de repor as condições mínimas de navegação. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que isso era quando a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, não se metia como se mete hoje nestes assuntos.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que o que pode dizer, desconhecendo, e seguramente todos os seus camaradas desconheciam essa situação, é que o Sr. Presidente deve estar a falar de um protocolo, cuja data não tem presente, de 2010, que remete para um conjunto de intervenções realizadas em parceria com a administração portuária, que foram candidatas ao fundo comunitário do POR Lisboa. -----

Antes disso desconheciam, mas provavelmente até poderão ter sido, eventualmente, e não pode ter certezas sobre o que não conhece, como é óbvio, atos de competência relativos à presidente de câmara de então. Desconheciam que algum dia tivessem sido confrontados com a aprovação de despesas dessa natureza, mas está tudo bem, e pessoalmente não vai estar a falar daquilo que não tem presente em termos documentais. -----

Contudo, isso não retira nenhuma das questões àquilo que estão a colocar como



preocupação que é, primeiramente, saber qual é o montante financeiro de isenção proposto para a câmara municipal, para perceberem se a compensação requerida à mesma, que é efetuar a dragagem, se tornará ou não em um protocolo que pode ser altamente desvantajoso ou, em contrapartida, de natureza equilibrada entre duas entidades públicas. Isso não sabem, e questionam, de uma forma muito simples: Quanto é que poderia custar ao município de Vila Franca de Xira a isenção de pagamento de taxas durante 10 anos? Quanto é que custa manter o rio dragado neste troço, particularmente? -----

Se a câmara municipal receber uma área do rio que está assoreada, que precisa de manutenção e dragagem vezes sem conta, reservam-se no direito de estarem na posse de toda a informação, para perceberem se do ponto de vista financeiro poderá ser ou não um contrato administrativo bom ou menos bom para o município. Não tendo esta informação, não podem concluir se é bom ou não é bom. Depois, entra no contrato interadministrativo uma situação de posse, de propriedade dominial, que tem a ver com a localidade de Alhandra, que seguramente há muitos e muitos anos é ocupada pelas autarquias, pela câmara municipal e pela junta de freguesia, que são os balneários e o logradouro, sendo que, salvo erro, o logradouro é onde está a antiga estação elevatória dos serviços municipalizados, já entregue, pelo menos em comodato, para o sistema multimunicipal Simtejo.-----

Isto levanta-lhes uma preocupação enorme, a de saberem como é que ao fim destes anos todos esta situação é despoletada pelo Porto de Lisboa, quando há um usufruto destas instalações ao longo de todos estes anos e, salvo melhor opinião, uma parte do edifício que agora é reivindicado pelo Porto de Lisboa até já foi entregue ao sistema multimunicipal. -----

O Sr. Presidente que os corrija se não estiverem a fazer a intervenção mais acertada, porque efetivamente não têm a informação toda. Portanto, sem prejuízo de poder haver alguma discussão sobre essa matéria e que se prestem os devidos esclarecimentos, para perceberem o que têm em mãos precisam efetivamente de ter esta informação, que consideram como relevante para terem uma opinião política fundamentada sobre esta matéria. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se os membros da Coligação Novo



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 062

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Rumo tiverem que votar o documento hoje, votarão, embora algumas das questões que foram levantadas pela CDU sejam pertinentes para avaliação, verdadeiramente, do âmbito de todo o protocolo. Assim, é uma decisão política se se pode ou não adiar 15 dias ou um mês, para se poder avaliar verdadeiramente este âmbito. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se pode, perfeitamente, na medida em que esta é uma matéria que já devia ter sido resolvida há muitos anos. Há matérias que vão andando ao longo de décadas, porque não eram necessárias, mas há momentos em que se têm de resolver, e é o que pretende a celebração e outorga deste contrato interadministrativo com a APL. -----

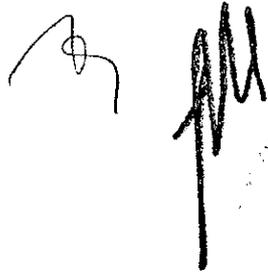
Quer dizer ainda ao Sr. Vereador Nuno Libório que compreende as suas preocupações, e não há problema nenhum de retirar o ponto para acrescentar informação, pois pensa que a informação está toda, pode é haver necessidade de mais esclarecimentos e, naturalmente, o executivo esforçar-se-á por isso. -----

Aquilo que o Sr. Vereador coloca reporta a uma avaliação e reflexão muito mais gerais, que têm a ver com a navegabilidade do Tejo, sendo que, obviamente, não há município ribeirinho nenhum que tenha condições, só por si, de resolver os grandes problemas que o rio tem. -----

Neste momento o que está a ser desenvolvido é na zona da Cimpor e também da Iberol, por licenças que teve conhecimento que já estariam licenciadas pela APA, e não vai fazer comentários, porque há de haver um momento em que enviará a todos os vereadores o que tem sido o trabalho de há 3 anos a esta parte, no sentido de resolver problemas na marina de Vila Franca de Xira e na zona de Alhandra, pois nem se queira saber o que tem sido este martírio. -----

Assim sendo, aquilo que a câmara municipal quer fazer não é da sua competência, mas se não fizer, ninguém faz, com prejuízo para a população e, sobretudo, para a náutica de recreio e de todas as pessoas que querem visitar o concelho de Vila Franca de Xira através de meio fluvial, pois aqueles que conhecem mal o rio não conseguem, e depois encalham. -----

Neste sentido avançou-se e tem-se o procedimento para avançar relativamente à dragagem destas zonas, que tem um valor ainda acentuado, mas crê, se não se fizer, que a situação será cada vez mais caótica. O Barco Varino já tem dificuldades



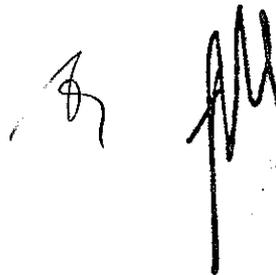
em manobra para ancorar na zona do jardim Constantino Palha, pelo que não resta outra alternativa senão fazer aquela intervenção. -----

No entanto, gostar-se-ia muito que, em vez das dificuldades que se colocam ao município, se fosse parceiro em facilitar estas licenças que são necessárias, pois fizeram-se exigências absolutamente absurdas. O próprio vai enviar um documento, pois já enviou ao Sr. Secretário de Estado o protesto da câmara municipal, em que anexou um relatório do que tem sido esta "saga". Muitas das vezes já nem é sequer o dinheiro, as questões financeiras que estão em causa, mas sim que deixem a câmara municipal trabalhar, que ajudem e não dificultem, que é o que tem acontecido nestes últimos 2 a 3 anos. -----

Este ano ir-se-ão organizar em março dois congressos sobre o Tejo, que ainda tentou que pudessem ser unificados, não foi possível, mas felizmente e ainda bem que o Tejo está na agenda política, pois vai haver momentos para falar sobre o Tejo, num congresso Ibérico, em que vêm muitos concelhos espanhóis, e há duas matérias absolutamente essenciais, o saneamento e a qualidade do rio. São matérias que se têm muito que conversar, para ver de que modo se pode evoluir. -- Prosseguiu, referindo que essas dragagens de fundo têm de ser feitas pela administração central, não podem ser feitas pelos municípios, e pode dizer, sobre aquilo que está previsto, a transferência do parque de contentores que está em Lisboa e vai para o Barreiro, que é preciso fazer uma dragagem imensa para navios de grande calado chegarem ao Barreiro, senão não chegam, e não é o município do Barreiro que vai conseguir fazer uma obra de dezenas de milhões de euros.-----

Em Vila Franca de Xira é a mesma coisa, porque, num determinado contexto, quando a Srª Presidente da APL disse que o trabalho já estava a ser desenvolvido e pensado até à Cimpor, o próprio disse-lhe que há mais rio e mais município para além da Cimpor, o que fez com que, numa outra intervenção pública, a Srª Presidente da APL já tivesse falado que efetivamente se tinha de olhar o Tejo, no que concerne a Vila Franca de Xira, até aos seus limites, ou seja, Vala do Carregado. -----

Pensa que começam a ser colocadas questões muito importantes e, em termos ambientais, o anterior Governo, que foi onde estas matérias começaram a ser faladas, bem como o atual Governo, têm obrigação de dar sinais claros que estas



questões serão resolvidas. -----

Assim, esta é a questão geral, depois há questões que têm a ver com ancoragens e outras matérias, sendo que, no fundo, este contrato interadministrativo é só para regularizar situações que já existem há muito tempo. Uma das questões que se conseguiu é que haja isenção do pagamento de taxas, e do pagamento de tarifas, na medida em que as tarifas são de prestação de serviços, e a câmara municipal não tem necessidade da maioria delas. Sobre esta matéria não há prejuízo para o município, de qualquer modo, não vai continuar, e dirá só que algumas vezes, e crê que é do tempo do Sr. Vereador Nuno Libório, mas não tem a certeza, vieram a reunião de câmara apoios à União Desportiva Vilafranquense, com a exigência de que fossem para dragar a zona da marina. -----

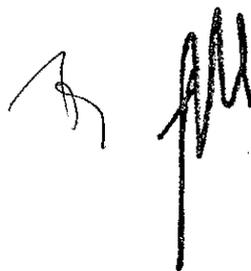
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que confirma isso. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que isto já tem muitos anos, e era no tempo em que estas coisas se faziam. Também a legislação ambiental, hoje, é completamente diferente do que era no passado, só que agora passou-se do "oito para o oitenta", e é esta falta de equilíbrio e bom senso que coloca aos municípios que querem trabalhar, apesar de não ser da sua competência, dificuldades imensas. -----

Por isso, diz, tanto à CDU como à Coligação Novo Rumo, que não vê nenhum inconveniente, e ir-se-á procurar um melhor aprofundamento das questões que foram colocadas. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, para referir só algumas pistas, sem concluir nenhum posicionamento político sobre a matéria, no que aos membros da CDU dizem respeito, dizendo que seria importante talvez, e é uma sugestão que deixam ao Partido Socialista, para a gestão da câmara municipal, refletir sobre o próprio conteúdo do contrato interadministrativo, no sentido de não integrar aquilo que não deve ser integrado num contrato apenas. Se, por um lado, se quer tratar de questões de navegabilidade, por outro está-se a tratar de questões de propriedade e transferência dominial do Porto de Lisboa para o município de Vila Franca de Xira, e está a falar concretamente da questão dos balneários. São questões que devem ser tratadas de forma distinta, com resolução igualmente distinta. -----

Depois, como o Sr. Presidente disse, há um regulamento de canais, e bem sabem



que no papel cabe tudo, seja ele manuscrito por qualquer uma das mãos dos presentes, seja um papel aprovado em Diário da República, mas no papel aprovado no Diário da República o regulamento de canais é muito claro, e remete apenas e só para a administração portuária a responsabilidade sobre esta matéria. Não é uma questão de capricho da parte dos membros da CDU, é que se o município recebe competências, deve ser ressarcido com os meios financeiros para o efeito. -- Assim, embora o Sr. Presidente tenha reconhecido a preocupação que têm, aguardam pela respetiva informação. -----

Depois, mesmo para terminar, relativamente aos acordos, julgam que poderá ser uma oportunidade, à semelhança do protocolo de 2010, a câmara municipal, conjuntamente com a administração portuária, potenciar candidaturas eventuais, para que, pelo menos parte destes custos, não só seja repartida de acordo com as competências que assistem a cada uma destas entidades, mas, fundamentalmente, ser ressarcida com pelo menos o montante de 60%, que é aquilo que se prevê, pelo menos, no âmbito dos fundos comunitários a dispor no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa. Pode haver matéria suficiente para candidatar obras desta natureza, aliás, como aconteceu com o município de Vila Franca de Xira em momento recente, em que o Porto de Lisboa comparticipa e é ressarcido, tal como a câmara municipal relativamente às obras de intervenção na zona ribeirinha. -----

Por fim, por iniciativa do PCP foi aprovado por unanimidade na Assembleia da República um regime de exceção na atribuição de títulos de utilização de recursos hídricos, e a possibilidade de outorga com associações sem fins lucrativos, o que cria uma frente de trabalho que pode ser importante, também para o concelho de Vila Franca de Xira, no sentido da administração portuária, no que à gestão destas infraestruturas de apoio à pesca diz respeito, quando existem associações para o efeito, outorgar com elas contratos simples, porque do que se trata é, fundamentalmente, apoiar comunidades que também têm muito de património cultural, que é reconhecidíssimo por todos. -----

Neste sentido, está em curso um trabalho desenvolvido por várias entidades do ensino superior da região, no sentido de promover e elevar o estatuto cultural que assiste às comunidades piscatórias muito localizadas também no concelho de Vila





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ 067

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_ 024

1. Assunto: PROJETO CED (CAPTURAR-ESTERILIZAR-DEVOLVER) PARA GATÍDEOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2/16, de 12/01, do Serviço Médico-Veterinário Municipal, para aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar com a Associação Animais de Rua, no âmbito do Projeto CED (Capturar-Esterilizar-Devolver). -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2/16, de 12/01, do Serviço Médico-Veterinário Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dizendo que este é um projeto que parece importante, naquilo que tem a ver com a tentativa de melhorar as condições, para preservar os direitos dos animais, e também encontrar soluções para que a relação com os humanos seja a mais equilibrada possível. -----  
-----  
Intervio a Srª Vereadora Fátima Antunes, cumprimentando todos os presentes e dizendo que, de facto, a celebração deste protocolo vem de certo modo tentar resolver uma situação que visa controlar a população dos gatos silvestres e a resolução de alguns problemas de salubridade causados pelos mesmos junto da população. -----  
-----  
O Sr. Vereador Ernesto Ferreira tomou a palavra, mencionando que os membros da CDU gostariam, se for possível, de tentar perceber a situação, tendo em conta aquilo que se passa. Pensa que a associação vai aplicar este projeto no terreno, e gostariam de saber como é que, em termos práticos, se vai fazer. Sabem que não é fácil, pois se é difícil apanhar os cães, mais difícil é apanhar os gatos, e gostariam de tentar perceber como é que se vai fazer para, a seguir, não vir alguém



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ 068

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

reclamar. Gostariam de tentar perceber melhor, se for possível, no âmbito do protocolo, até porque a associação não é da zona, quantos animais é que prevê e qual o custo. Pensam que não está quantificado e, se existe alguma ideia, gostariam de saber.-----

Ao mesmo tempo, deixam o alerta, mas pensa que a câmara municipal e o serviço em causa estarão preocupados com isso, que continuam a ver, em muitos sítios, junto aos prédios, as pessoas a alimentarem na rua estes animais, o que é contraproducente.-----

Assim, são estas as questões que gostariam de colocar, se for possível responder. Não têm nada contra o projeto em si, mas gostariam de o clarificar.-----

Interveio a Srª Vereadora Fátima Antunes, dizendo que, como é referido a certa altura no protocolo, esta associação irá colaborar com o município, em primeira instância, fazendo a captura dos animais, que depois serão entregues à câmara municipal. No âmbito de um outro protocolo celebrado há pouco tempo com a Universidade Lusófona, também irá fazer, uma vez que as instalações da câmara municipal não possuem bloco operatório, as intervenções cirúrgicas para as esterilizações dos animais nas instalações da Faculdade de Veterinária da Universidade Lusófona, comparticipando a autarquia os gastos dos medicamentos, ou levando para a cirurgia os medicamentos necessários.-----

Neste momento o número de gatos existente não está contabilizado, no entanto, considerando os problemas de insalubridade, e o facto de as pessoas os alimentarem, pois é proibida a alimentação de animais errantes, mas é difícil conseguir cumprir isto, no fim de serem esterilizados e fazerem algum tratamento para "desbaratização", evitando que quando voltem à comunidade transmitam doenças aos outros animais ou às pessoas, a associação vai fazer um período de pós-operatório e recuperação, até que estejam prontos para voltar à rua.-----

Está demonstrado, por estudos efetuados, o que é que acontece, e podem-se recolher e colocá-los no canil, só que, por um lado, os animais são tantos que não há capacidade para alojar todos, e, por outro, os gatos silvestres não são animais que possam vir a ser adotados. Pelas suas características, não têm um carácter dócil, nem têm esses critérios para ser adotados, e se fossem retirados, outros viriam para se alojarem no mesmo local.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ 069

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Neste sentido, a associação irá também fazer um trabalho importante, quando os voltar a colocar na comunidade e na rua, de "educação" junto das pessoas que, muitas vezes, colocam recipientes com comida para os alimentar, acabando por ficar restos de comida, que chamam, desde roedores, insetos, etc., com mau cheiro, especialmente quando é na altura mais quente do ano, sendo muitas vezes necessário pedir a colaboração das juntas de freguesia, para fazerem a limpeza desses locais. É nesse sentido todo o trabalho que a associação irá fazer, que atualmente até já faz, sendo que, por exemplo em Vialonga, já lá está e faz alguma intervenção, mas não tinha, até ao momento, nenhuma colaboração com a câmara municipal. -----

Fazia algumas esterilizações com outras associações com quem trabalha, mas este é um problema que cada vez tem mais casos reportados, até de situações de prejuízos materiais para as pessoas, pois, por exemplo, há gatos que às vezes se deslocam para os telhados, que acabam por morrer lá e entopem os algerozes, ou como acontece com a comida, pois há muita gente que põe comida, atira-a para os telhados, provocando depois prejuízos importantes nessa área, e a celebração deste protocolo será uma mais-valia para o município. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo, mas perguntam qual é a estratégia que a câmara municipal tem para controlar também o número de pombos, que cada vez mais é crescente no concelho, e cria efetivamente problemas de segurança, por um lado, e de saúde pública, por outro. -----

Assim, gostariam de saber qual é a intenção que a câmara municipal tem, até porque já apresentaram essa proposta, de controlar efetivamente a praga de pombos errantes que existem pelo concelho. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, questionando, sendo uma questão que não diz diretamente respeito ao ponto, se a Srª Vereadora tem alguma questão a acrescentar, e dizendo, quanto ao ponto, que se considera aprovado por unanimidade. -----

Interveio a Srª Vereadora Fátima Antunes, dizendo que esse também é um aspeto que está previsto. Há uma verba em orçamento, e neste momento está-se a desenvolver um procedimento para fazer alguma captura dos pombos com vista à





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten initials]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 7 071

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 025

1. Assunto: PROPOSTA PARA INTEGRAÇÃO NA REDE KNOW NOW / KNOW HOW-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna com o NIPG nº 70131/15, de 2016/01/12, para aprovação, na sequência do convite do ISEC/IPA – Instituto Superior de Educação e Ciência/Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos, da integração na rede KNOW NOW / KNOW HOW, considerando os eventuais potenciais benefícios que poderá trazer para o concelho. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna com o NIPG nº 70131/15, de 2016/01/12, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 072

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----  
-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 212/16, de 18/01, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2016/01/04 e 2016/01/17.-----  
-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 212/16, de 18/01, do DGAFJ/DRH e mapa, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.  
-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----  
-----

6. Propostas:-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ 873

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE E EDITAIS -----

Foi dado conhecimento do que de seguida se indica: -----

1. Dos diplomas publicados em Diário da República com interesse para a administração local: -----

Resolução do Conselho de Ministros nº 2/2016, de 21 de janeiro, I série, que autoriza a realização da despesa relativa à execução do Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário para o triénio 2016-2018; -----

Resolução do Conselho de Ministros nº 4/2016, de 25 de janeiro, I série, que cria uma medida temporária de apoio específico, destinada à qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade. -----

2. Dos editais publicados entre 2016/01/11 e 2016/01/22, que constam da lista anexa, a qual se dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata. -----

Tomado conhecimento. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*A*  
*[Signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ 074

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2016/01/07 e 2016/01/20, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
3. Informações/pareceres:-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----  
-----
6. Propostas:-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten initials]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata → 075

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

1. Assunto: BALANCETES -----  
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----  
Câmara Municipal:-----  
Dotações Orçamentais-----17 766 066,91€  
Dotações não Orçamentais----- 1 947 417,01€  
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----  
Dotações Orçamentais----- 3 543 176,68€  
Dotações não Orçamentais----- 657 025,65€  
-----
3. Informações/pareceres:-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata nº 076

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 026

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL --  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 5866/15, de 11/12, do DGAFJ/DRH, para aprovação do recrutamento excecional dos candidatos Miguel Nuno Neto Durães Franco e David Manuel Félix Pereira, posicionados em 2º e 3º lugares, respetivamente, no procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para técnico superior (área de educação física).-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 5866/15, de 11/12, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 077

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 027

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA ASSISTENTE OPERACIONAL (AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 207/16, de 15/01, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal, para aprovação do recrutamento excecional da candidata, Magda Andreia Miranda Martins Escada, posicionada em 9º lugar, no procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (auxiliar de ação educativa).-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 207/16, de 15/01, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata " 078  
Reunião de 2016/01/27  
Procº \_\_\_\_\_  
Deliberação nº " 028

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA ASSISTENTE OPERACIONAL (AJUDANTE DE CALCETEIRO) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 276/16, de 19/01, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal, para aprovação do recrutamento excecional do candidato, Jorge Tavares Grilo, posicionado em 2º lugar, no procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (ajudante de calceteiro).-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 276/16, de 19/01, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 079

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 028

1. Assunto: 1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2016-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 9/16, de 21/01, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 1ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2016. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 9/16, de 21/01, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

4

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata    ▾    080

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº ▾ 030

1. Assunto: QUOTIZAÇÃO DE 2016 DA AMEGA – ATUALIZAÇÃO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 5/16, de 11/01, do DGAFJ/DPFCI, para atualização do valor da quota a pagar à AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, em 2016, para 3 151,49€.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 5/16, de 11/01, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata    •   081  
Reunião de 2016/01/27  
Procº \_\_\_\_\_  
Deliberação nº   031

1. Assunto: FUNDOS DE MANEIO PARA 2016-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 6/16, de 18/01, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação dos fundos de maneiio para 2016. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 6/16, de 18/01, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata  082

Reunião de 2016/01/27

Procº 20/15 APRV.AD.CM.

Deliberação nº 032

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PARA O MUNICÍPIO – ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 6/16, de 12/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do relatório final do júri do procedimento referente à contratação de serviços de vigilância no município, nos seus vários equipamentos e durante os certames a decorrer ao longo de 2016, com adjudicação ao operador económico STRONG – Segurança, SA, pelo valor total de 201 104,60€, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável, bem como da minuta do contrato. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 6/16, de 12/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata     ▼     083  
Reunião de 2016/01/27  
Procº 10/16 APRV.AD.RG  
Deliberação nº     ▼     033

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PROMOCIONAL E INSTITUCIONAL OBRIGATÓRIA PARA 2016 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 21/16, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de publicidade promocional e institucional obrigatória para o município, durante o ano de 2016, à Vale do Tejo, Comunicação Social, Lda.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 21/16, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata    ▾    **084**

Reunião de 2016/01/27

Procº 8/16 APRV.AD.RG

Deliberação nº    ▾    **034**

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PROMOCIONAL E INSTITUCIONAL OBRIGATÓRIA PARA 2016 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 26/16, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de publicidade promocional e institucional obrigatória para o município, durante o ano de 2016, à Voz Ribatejana, Lda. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 26/16, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata      •    085  
Reunião de 2016/01/27  
Procº 7/16 APRV.ÁD.RG  
Deliberação nº      •    035

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PROMOCIONAL E INSTITUCIONAL OBRIGATÓRIA PARA 2016 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 23/16, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de publicidade promocional e institucional obrigatória para o município, durante o ano de 2016, à Cofina Média, SA.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 23/16, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

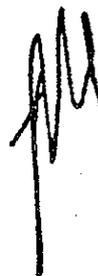
Fl. Ata   ▼   086

Reunião de 2016/01/27

Procº 11/15 APRV.AD.RG

Deliberação nº   ▼   036

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXPLORAÇÃO (TRE) DAS INSTALAÇÕES DE UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (IUEE) DO MUNICÍPIO – ANOS 2016/2017 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 20/16, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de técnico responsável pela exploração (TRE) das instalações de utilização de energia elétrica (IUEE) do município, durante os anos 2016/2017. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 20/16, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: PROJETO DE DEMOLIÇÃO CONTROLADA DOS LOTES 1 E 2, BLOCO B, QUINTA DE SANTO AMARO, MONTE GORDO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 22/16, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para a elaboração de projeto de demolição controlada dos lotes 1 e 2, bloco B, da Quinta de Santo Amaro, no Monte Gordo, em Vila Franca de Xira. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 22/16, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, para fazer uma pergunta de natureza muito simples, se já há visto do Tribunal de Contas, ao que o Sr. Presidente respondeu que ainda não.-----  
Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando também se há alguma diligência da parte do município, mas não no sentido de ultrapassar a lei, o que não convém, como é óbvio.-----  
Respondeu o Sr. Presidente que nunca esteve no seu espírito uma coisa dessas, mas pensa que, no limite daquilo que a lei permite, se devem encontrar soluções. --  
Interveio ainda o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando se a lei não permite avançar para a obra sem o visto do Tribunal de Contas.-----  
Respondeu o Sr. Presidente que, para já, em termos de valor é exigível que tenha de ir a Tribunal de Contas, o que se pode é, tendo em vista o montante, iniciar a obra. -----



Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que não percebeu.-----  
Interveio o Sr. Presidente, esclarecendo que, pelo montante, pode-se iniciar a obra, de qualquer modo carece de parecer. Contudo, esta matéria ainda não evoluiu mais na medida em que os moradores têm um período de 90 dias para se pronunciarem, no sentido de dizerem se querem reabilitar o prédio ou que não se opõem à demolição, mas a demolição só se pode concretizar quando o processo de aquisição das frações também estiver resolvido. O advogado da câmara municipal está a preparar tudo isso, que é a fundamentação, junto do Tribunal de Contas, para toda esta operação.-----  
Portanto, como já referiu anteriormente, o executivo municipal está a trabalhar, e inclusivamente a questão que hoje vem a reunião é, justamente, para se ter um projeto de demolição controlada, é o parecer prévio vinculativo para o efeito. Hoje está-se muito mais perto de resolver, e está convicto que, com a fundamentação que está a ser preparada, o Tribunal de Contas irá dar parecer favorável, porque se está a falar de uma situação absolutamente excepcional. -----  
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que se a câmara municipal vai adquirir as frações, passa a ser proprietária do edifício, e nem precisaria, em teoria, dos 90 dias dos proprietários, se não se opuserem.-----  
Respondeu o Sr. Presidente que, em termos administrativos, não pode dar esse passo sem que os moradores respondam a estas questões, porque efetivamente assim é, e o passo seguinte imediato é resolver o problema da aquisição. -----  
Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que essa já foi aprovada, inclusivamente em reunião de câmara. Quanto ao visto, não tem nenhum problema, porque agora não tem que se ser bom aluno, e se o Tribunal de Contas não estiver de acordo, vai-se protestar. É assim, neste momento não tem nenhuma dúvida que é a política reinante, e com uma vantagem, não é só a esquerda e a extrema-esquerda, os membros da Coligação Novo Rumo também estarão de acordo, vão reivindicar junto do Tribunal de Contas, e explicar aos juízes que, no limite, se não estiverem de acordo, não estão a ver bem. Não tem nenhuma dúvida, é a lógica reinante, está absolutamente descansado sobre essa matéria. ----  
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que não há lógica reinante, porque se houvesse queria dizer que cada governo que está a exercer funções condiciona ou não o



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata 089

Reunião de 2016/01/27

Procº 6/16 APRV.AD.RG

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Tribunal de Contas, o Tribunal Constitucional, etc. Não acredita nisso, não quer acreditar, porque num estado de direito não é assim que se deve comportar. Tem confiança que qualquer governo que esteja em funções pode efetivamente não estar de acordo com as decisões que aconteçam, mas tem que respeitar, e é assim que tem de funcionar. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, para dizer que está de acordo, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, já percebeu.-----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que não muda nada, e se este Governo fizer coisas com as quais não está de acordo, com toda a naturalidade dirá que não está de acordo e não devia ser assim. Também, se o Governo, que é da sua família política, começar a exercer a pressão indevida sobre órgãos institucionais, nomeadamente o Tribunal Constitucional, não terá o seu acordo para isso, porque a democracia não é isso. A democracia faz-se e assenta em pilares importantes, como seja o Tribunal Constitucional, o Tribunal de Contas ou a Justiça, em sentido lato. Tem que se ter confiança, senão é um problema complicado. Foi educado assim em termos democráticos, e quer acreditar que o seu país cada vez mais aprofundará estas matérias e seja cada vez mais desenvolvido, e que as liberdades e democracias sejam cada vez mais aprofundadas. É nisto que acredita, e anda na política por estes ideais.-----

Não acredita que, muda o Governo, e as alterações sobre estes princípios e valores também se alteram. Não acompanha e nunca acompanhará. Acompanha isto desde antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril, esteve sempre em desacordo com os excessos que foram cometidos e estará sempre em desacordo, logo que isso não seja importante para a comunidade.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que agora ficou preocupado com o Sr. Presidente, mas não tem problema, ao que o Sr. Presidente respondeu que está livre, como sempre. -----

Acrescentou o Sr. Vice-Presidente que o novo Presidente da República já disse que iria promover acordos e entendimentos para questões fundamentais.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que é cooperação total, porque o povo é quem mais ordena. O próprio via as frases dele, e dizia: “grande homem de Abril”.-----

Continuou o Sr. Presidente, mencionando que quer confiar, e confia, até prova em



contrário, naquilo que o Presidente da República eleito disse na noite eleitoral, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, a quem também saúda, naturalmente, sendo que o próprio já tinha falado sobre esta matéria antes do Sr. Vereador chegar. Aquilo que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa disse é aquilo de que comunga e que todos comungam, que é encontrar pontes, ajudar o Governo, ajudar a população e, sobretudo, uma matéria importante, que é criar as condições para ajudar os que mais necessitam. Acredita que ele fala convictamente e, se assim for, ganha as próximas eleições também.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que o Professor ainda muda a Constituição e permanece no poder, porque houve concelhos do país onde ganhou com 80%.-----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador Rui Rei, na primeira curva, já se estampou.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que este é um hábito, nos países governados pela extrema-esquerda é assim que acontece. Aquilo é tão bom, tão bom, que depois se muda a Constituição, e aquilo que era para ser 2 é 40, e é o resto da vida. Pensa que é mais ou menos assim.-----

Respondeu o Sr. Presidente que há virtualidades em todos, é só uma questão de se conseguir extrair o que de melhor cada um tem, e acredita que aquilo que disse o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, enquanto futuro Presidente da República eleito, no domingo passado, à noite, é dito com convicção, e ficará muito frustrado e triste se assim não for. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa vai cumprir na íntegra.-----

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que não tem dúvidas, é o futuro presidente, é o presidente de todos os portugueses. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que ele tem um problema, é que não teve uma candidatura assim mais para o engraçadinho.-----

O Sr. Presidente retomou a palavra, dizendo que, de facto, ele fez uma campanha inteligente, porque não quis companhia de pessoas indesejáveis ao seu lado, e por isso é que ganhou. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, respondendo que foi, faltou lá o Primeiro-Ministro,





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata      092

Reunião de 2016/01/27

Procº 12/15 APRV.CP.SJ

Deliberação nº      038

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO, REINSPEÇÃO E INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES NO MUNICÍPIO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 18/16, de 19/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de inspeção, reinspeção e inspeção extraordinária de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes no município, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 18/16, de 19/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dizendo que a CDU pediu informações acerca desta matéria. Confessa que, do requerimento que chegou, solicitou ontem esclarecimentos, e não sabe se já foi feito ou não, mas se calhar aproveita a oportunidade, porque não percebeu o alcance do pedido. -----  
-----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que é simples, é tentar perceber quais são, de facto, os locais propriamente ditos sobre os quais se exerce este serviço, passadeiras-rolantes, ascensores, bem como onde estão e quantos são. ----  
Interveio o Sr. Presidente, perguntando se o Sr. Vereador já tinha feito o pedido. ----  
Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que não, mas, por exemplo, os membros da CDU têm conhecimento que existiram em tempos acordos com a REFER, e



gostariam de saber se se mantêm ou não, de manutenção das passagens pedonais, ou se cabe ou não à câmara municipal ainda assegurar pela sua manutenção. -----

Respondeu o Sr. Presidente que isso não tem a ver, essas são questões à parte. ----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, cumprimentando todos os presentes e esclarecendo que há duas questões distintas. O que é presente a reunião de câmara respeita às inspeções aos elevadores que existem no município, e não do município. O Decreto-Lei nº 320/2002 define que a responsabilidade das inspeções é do município, mas terão de ser feitas por uma empresa credenciada, e o que vem é exatamente isso. Os elevadores pertencentes ao município também entram neste pacote e são inspecionados no âmbito deste processo, mas é só inspeção. ----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando se se incluem também os da REFER, os que estão protocolados para efeitos de conservação direta. -----

Respondeu o Sr. Vereador António Félix que sim, esses também. Todos os que existem no espaço físico do município são responsabilidade do município, mas não tem a ver com a manutenção e conservação, é só inspeção. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que esta empresa tem a função de certificar se aquilo está em condições ou não. -----

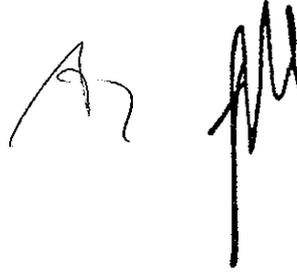
Respondeu o Sr. Vice-Presidente que são as inspeções periódicas obrigatórias. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador António Félix, dizendo ainda que têm datas diferentes consoante os elevadores, o que está definido no Decreto-Lei nº 320/2002. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que pensa que isto acontece assim em todos os municípios do país. -----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, mencionando que é obrigatório, porque é o que define o decreto-lei. O decreto-lei define que a câmara municipal tem competência para fiscalizar, mas não tem competência para inspecionar, tem que ser uma empresa credenciada, e tem que se contratar uma empresa credenciada que faça essa inspeção. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que compreende a questão e agradece a explicação dada, de qualquer forma, os membros da CDU solicitam que à posteriori seja entregue a todos os vereadores a listagem dos compromissos com a Infraestruturas de Portugal, antiga REFER, no sentido da manutenção e



prevenção de funcionamento dos sistemas de ascensores. -----

Interveio o Sr. Presidente, questionando se a redação do requerimento prejudica aquilo que o Sr. Vereador acabou de dizer. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que pode não ser, mas já agora ficavam na posse de toda a informação. -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, referindo que teme que a compilação desta informação possa demorar mais algum tempo. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que devem estar todos somatizados, e são os da câmara municipal, incluindo os que estão protocolados no âmbito da parceria com a REFER, hoje Infraestruturas de Portugal. -----

Esclareceu o Sr. Vereador Rui Rei que há passagens que são do município, que estão contratualizadas, mas são do município. -----

Interveio o Sr. Presidente, esclarecendo que a responsabilidade é da própria REFER, e que, como se sabe, o elevador, em Vila Franca de Xira, por vezes tem atos de vandalismo, deixa de funcionar, e com a exigência e chamada de atenção da câmara municipal a REFER demora, às vezes, mas repara. Portanto, a reparação e inspeção é daquela parte, agora, há outras infraestruturas de que o próprio não se lembra, não tem de memória, mas far-se-á esse trabalho e depois será enviado.

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata    ▼    095  
Reunião de 2016/01/27  
Procº 3/16 APRV.AD.RG  
Deliberação nº ▼ 039

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE LUBRIFICANTES PARA ASSISTÊNCIA À FROTA DO MUNICÍPIO PARA 2016 E 2017 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2/16, de 04/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual referente ao fornecimento em contínuo de lubrificantes para assistência à frota do município para 2016 e 2017. ---  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2/16, de 04/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata   ▼    **096**

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

1. Assunto: **RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE**-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 18/16, de 18/01, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2016/01/04 e 2016/01/17, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 18/16, de 18/01, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas:-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **097**

Reunião de 2016/01/27

Procº 11/03 LOTEPDM

Deliberação nº \_\_\_\_\_

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DENOMINADO POR MALVAROSA, VERDELHA (EX-MAGUE), TITULADO PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 4/03, DE 17/07 – ACEITAÇÃO DE PRINCÍPIO E ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 33/16, de 21/01, do DGUPRU/DGU, para aceitação de princípio e aprovação da remessa para consulta pública, por um período de 10 dias úteis, da alteração ao loteamento denominado por Malvarosa, referente ao lote 47, na Verdelha (ex-Mague), em Alverca do Ribatejo, titulado pelo alvará de loteamento nº 4/03, de 17/07, solicitada por Sociedade de Construções Gameiro e Filhos, Lda.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 33/16, de 21/01, do DGUPRU/DGU, planta de localização e planta de síntese proposta - alterações, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU gostariam que ficassem garantidas ou salvaguardadas algumas questões, se assistir à preocupação que têm algum fundo de razoabilidade. Para o efeito até solicitam alguns esclarecimentos de natureza técnica para melhor compreenderem também o que está em causa com esta alteração ao loteamento da Malvarosa.-----  
No fundamental trata-se de uma pequena reconfiguração de um lote, o lote 47, e o aproveitamento da subcave para efeitos de habitação. Há um ligeiro acréscimo de fogos, que de certa forma também é compensado com o aumento de número de lugares de estacionamento, cumprindo os parâmetros do plano diretor municipal, não havendo, na opinião que têm, nenhum inconveniente com esta alteração do ponto de vista urbanístico. -----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ▾ 098

Reunião de 2016/01/27

Procº 11/03 LOTEPDM

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Contudo, há uma questão de fundo, que é a primeira de todas, tem a ver com as infraestruturas de acessibilidades, e querem recordar o facto de na proximidade com o lote 47 estar prometida uma infraestrutura nova de acessibilidade antes de chegar ao empreendimento da McDonald's, no sentido Vila Franca de Xira-Lisboa. Assim, a primeira questão que se coloca é: A quem compete completar aquela infraestrutura de acessibilidade que continua inacabada há bastantes meses a esta parte? A quem é que compete regularizar aquela acessibilidade? É à câmara municipal? É à Sociedade de Construções Gameiro e Filhos? É a outro construtor ou é ao titular do alvará, que é a Obriverca? -----

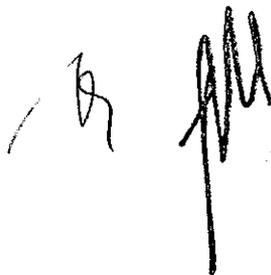
Respondeu o Sr. Presidente que é ao titular do alvará. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que, como segunda questão, do ponto de vista urbanístico e das acessibilidades gostariam de ficar confortados que a aprovação desta alteração não depende desta estrutura de acessibilidades. -- Desta forma, na opinião que têm há coisas que precisam de ser esclarecidas. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os vereadores da Coligação Novo Rumo já votaram, incluindo o próprio, várias pequenas alterações na Malvarosa, e uma alteração que permitiu a construção da atividade comercial que hoje se realiza na entrada da Malvarosa. -----

Todas as pequenas alterações que se aprovaram foram isso mesmo, pequenas alterações, mas a que vem hoje, do tempo que tiveram para analisar, não é uma pequena alteração. Aumentam-se as caves de 3 para 4, o que está perfeito, aumenta-se a área de construção em quase 1000m<sup>2</sup>, precisamente 760m<sup>2</sup>, e não é uma pequena alteração, é uma grande alteração, bem como se reconfigura o número de apartamentos. Assim, traduzido em números, sem nenhuma contrapartida à câmara municipal, é 1 milhão de euros, no mínimo, que este construtor tem na sua conta, sem ter alterado nada na aquisição do seu lote, nem ter assumido mais nenhum compromisso com a câmara municipal. -----

É 1 milhão de euros assim, e não se está a falar de uma zona do concelho onde as casas demorem 10 anos para se venderem. Hoje em dia, na Malvarosa, todas as casas que aparecem à venda são vendidas, e as novas por maioria de razão. Portanto, pensam que este assunto deve ser avaliado, visto e enquadrado nas acessibilidades, na forma como se vai enquadrar, porque não é efetivamente uma



pequena alteração. Não se compara em nada a nenhuma das duas ou três alterações anteriores que, essas sim foram mais uma cave ou o alinhamento da cércea do prédio do lado. Aqui não se está a fazer isso.-----  
Se se ler com atenção o documento vai-se alterar a tipologia das habitações, vai-se aumentar muito a área de construção, pelo que é absolutamente diferente o que se está a propor hoje do que aquilo que se fez. Depois, em tempos disseram que, se há pretensões e alterações na Malvarosa, então deviam ser consideradas todas de uma vez. Vem um documento à reunião de câmara com as alterações finais, aí estão disponíveis para avaliar e alterar, mas desta forma não sabem, hoje, se são mais 1000m<sup>2</sup> ou 760m<sup>2</sup> de área de habitação, e amanhã quantos prédios ao lado vão querer as mesmas pretensões e em que circunstâncias. Portanto, é esta para já a declaração dos membros da Coligação Novo Rumo.-----  
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que, sem prejuízo do Arqtº Nuno Santos, em termos técnicos, explicar algumas das questões em apreço, o que diz é que ainda se assiste na Malvarosa a algumas zonas que, pela não construção, são muito degradadas, que é o caso deste lote que, como numa outra vez já foi falado em reunião de câmara, é uma zona onde se acumulam muitos lixos, que esteve alagada durante muito tempo.-----  
É uma zona extremamente insalubre, e quando esta oportunidade de construção apareceu a sua opinião foi a de que era uma boa oportunidade, de se encontrarem as soluções para que o empresário em causa pudesse avançar e fechar aquele processo. Houve dificuldades várias, nomeadamente no que diz respeito às acessibilidades, às caves, em termos de estacionamento, e encontrou-se uma outra solução, a pedido da câmara municipal, porque a que estava prevista não era, do ponto de vista do executivo, uma boa solução. Foi feita uma exigência de mais estacionamento do que era previsto no alvará de loteamento e no próprio PDM – Plano Diretor Municipal, pelo que todas essas matérias foram vistas. Parece-lhe, efetivamente, não sendo uma pequena alteração como as que às vezes vêm a reunião, que não superam os 3%, esta exige efetivamente uma discussão pública, mas é uma oportunidade de resolver a questão.-----  
Foram colocadas questões, tanto por uma bancada como outra, principalmente pela bancada da Coligação Novo Rumo, e a primeira foi que isto carecia



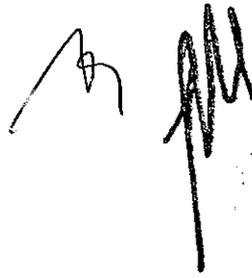
efetivamente de uma exigência da parte da câmara municipal, que o empresário pudesse realizar obras, no âmbito desta operação, ali ou noutra sítio qualquer, com o que está de acordo. -----

Foi dito que era interessante a possibilidade de um estudo que permitisse ver se há condições de pensar a urbanização e, como se sabe, onde está o McDonald's estava previsto serem construídos prédios de grande volumetria, pelo que crê que com esta operação se melhorou consideravelmente, pois todas as pessoas que ali vivem pelo menos deixaram de ter esse obstáculo visual, e é hoje um serviço muito procurado por pessoas da Malvarosa, sobretudo por pessoas que ali ocorrem com frequência, diariamente. -----

Depois, há mais 2 lotes ao lado do McDonald's na sequência, e, na sua opinião, pois está a exprimir a sua opinião, que naturalmente tem de ser analisada por todos, ali não se devia construir nada, e aquele espaço deveria ser aproveitado para acrescentar estacionamento e uma zona de lazer para qualquer equipamento para a juventude. Apesar de haver bastantes na urbanização, crê que naquela zona tinha todo o sentido colocá-lo, dando-se um tratamento, em termos paisagísticos, a uma zona que é a entrada da cidade. Crê que a própria urbanização melhorava consideravelmente, e não tinha o peso de ter ali mais edifícios mesmo junto à EN10. -----

O que estava previsto ali eventualmente poderia ir para o local inicial, que era a zona superior do próprio loteamento, crendo o próprio, com estas operações, com a construção do hotel em cima, com a eventual construção de habitação que está prevista, e ainda a possibilidade de construir serviços nessa parte superior, que se desafogava a urbanização e ficava ainda mais atraente do que é. -----

Pode trazer um estudo para se conversar em reunião, mas pensa, no entanto, que esta operação de que hoje se está a falar não deveria estar condicionada a uma ideia mais geral, que julga se tem obrigação de analisar, porque, com alguma reanimação da economia relativamente à área da construção, o que é um facto é que a Malvarosa continua a vender, sendo a zona do município em que se constrói e consegue-se com alguma relativa facilidade vender. Há prédios que ainda estão em construção e parte das frações já estão vendidas, o que quer dizer que, de facto, quem investe ali vai ter o retorno do seu investimento, como é evidente. -----



Para além disso, neste lote há uma outra preocupação, que é justamente o que o Sr. Vereador Nuno Libório referiu. É uma zona insalubre, tem que se resolver, não se pode deixar o loteamento daquela forma, com o problema que ali se tem. -----  
Chegados aqui, e depois passará a palavra ao Arqtº Nuno Santos para explicar tecnicamente algumas destas questões, julga que se poderá absorver a questão primeira do Sr. Vereador Rui Rei, com a qual concorda, de encontrar soluções para a empresa em causa ter de efetuar ali, ou noutra sítio qualquer de Alverca, obras de um determinado valor, que sejam necessárias, como arranjos de passeios, disto ou daquilo, porque provavelmente é o que falta, tendo em vista o aumento de área de construção. -----  
Interveio o Arqtº Nuno Santos, referindo que se está perante um lote que permitirá fazer o fecho de um quarteirão, é o último lote que permitirá resolver questões que foram já referidas, de insalubridade, que é o resultado dos lotes devolutos ou que estão expectantes para que se consiga concluir a construção. -----  
A nível técnico, no acompanhamento que se tem vindo a fazer, na constante verificação nas áreas urbanas consolidadas, verifica-se a extrema importância que o veículo automóvel tem na realidade destas áreas, pois acaba por ficar todo ao nível do espaço público, já que os lugares que estavam previstos para estacionamento nas operações de loteamento eram insuficientes. Assim, tem-se vindo a procurar sensibilizar todos os promotores no sentido de assegurar que sejam criadas mais áreas de estacionamento, permitindo a resolução deste impacto que existe ao nível do espaço público. Este promotor desde sempre tem sido sensível à questão, e é um facto que não é a primeira alteração a este loteamento, nos lotes que tem, pois tem vindo a procurar fazer isto. -----  
Neste caso, solicitou também à câmara municipal que pudesse conciliar, com a alteração ao loteamento, a questão da criação de mais pisos em cave, para dotação de lugares de estacionamento em número muito superior àquele que está previsto, e que pudesse ser feito um fecho em termos de alinhamento de cêrcea com o edifício que já está construído ao lado. -----  
Portanto, este aumento de área de construção e de área de habitação corresponde efetivamente ao transportar para este edifício o alinhamento de cêrceas com o edifício ao lado, e nesse sentido pareceu, tecnicamente, que o aumento do número

*[Handwritten signatures]*

de fogos, que serão 5, acaba por ficar perfeitamente diluído, sem impactos na realidade do loteamento, face à dimensão de todo ele, e face à mais-valia que representa na retirada de todo este défice de lugares de estacionamento. Este número de fogos que são criados, como disse, está perfeitamente diluído, não tem impactos na própria lógica do loteamento, no funcionamento viário e nas ligações viárias que existem hoje, porque a percentagem é muito reduzida face aos demais números de fogos que existem no lote. -----

Relativamente à questão colocada sobre a via paralela à estrada nacional, de facto não tem qualquer impacto na relação com estes lotes. Efetivamente, quando foi criada foi no sentido de permitir uma maior ligação aos lotes que estavam previstos inicialmente no loteamento, para que tivessem um acesso por dentro, e ao mesmo tempo por fora, garantindo maior facilidade de acessibilidades. -----

Está-se perante uma alteração referente ao último lote naquela área que permitirá o fecho de todos aqueles lotes, e permitirá à câmara municipal fazer a manutenção do espaço público em definitivo, sem mais problemas, sem estar constantemente a dirigir cartas ao proprietário no sentido de manter a limpeza e salubridade da propriedade, e vem ao encontro de uma solicitação que a câmara municipal vem fazendo para o aumento do número de lugares de estacionamento. -----

O aumento de números de fogos e área de construção respetiva é o resultado de um alinhamento de cêrcea com a construção ao lado, que é a que está mais alta do que esta, permitindo fazer um fecho daquelas construções, porque as duas encostam e acabam por fazer um "L", tendo sentido, em termos de organização espacial e de imagem de cidade, que essa proposta possa merecer o acolhimento do ponto de vista técnico por esta câmara municipal. Daí que se tenha feito a proposta ao Sr. Presidente, no sentido de promover, junto da câmara municipal, a aceitação de princípio para discussão pública. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que por razões que só foram descortinadas na análise deste processo o loteamento ao lado tem uma determinada altura, tem 8 pisos, e este loteamento, por razões que não se conseguem descortinar, tem uma alteração, o que faz com que fique um desequilíbrio relativamente a um lote e outro, e quer dizer que inicialmente o que deveria ter sido previsto é que ambos os lotes tivessem o mesmo número de pisos, o que de facto não acontece. -----

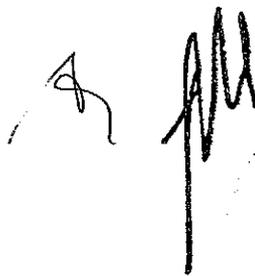


É esse o equilíbrio que se pretende, porque se as coisas forem construídas exatamente como estava inicialmente previsto, fica ali uma situação, paisagisticamente, e em termos de volumetria, muito desequilibrada, e esse é também um dos fatores que lhe parece ter sentido, mas obviamente que há um aumento. Contudo, esta área devia estar contemplada desde sempre, pois não pode haver um prédio com 8 pisos e um ao lado com 7, o que cria um grande desequilíbrio e, sobretudo, como diz, é uma situação que não se consegue hoje perceber porque é que aconteceu. O que é um facto é que ambos deviam ter o mesmo número de pisos, foi esta a questão que agora também se descortinou, e que no seu ponto de vista deve ser corrigida. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo, sem qualquer tipo de sentido crítico ou pejorativo sobre as intenções do promotor, que são as intenções do promotor, cabendo à câmara municipal verificar se as intenções ou anseios do promotor correspondem ao normativo pelo qual todos se guiam, que é o PDM e, em última instância, o alvará urbanístico respetivo, que é já de 2007. -----

Como é óbvio, como em tudo na vida, aquilo que deve ser melhorado será um erro enorme para todos se não for remediado, e não é essa a questão que move os membros da CDU, pois tudo aquilo que puder resultar no acréscimo de qualidade de vida às urbanizações consolidadas, obviamente poderá ter o voto favorável da CDU, só que não é essa a questão que está em discussão. Nem entram na discussão de fundo, que tem a ver com o incumprimento do contrato de urbanização, que é a outra matéria, ou melhor, tem a ver com isto, mas, do ponto de vista das responsabilidades, não tem a ver com a Sociedade de Construções Gameiro e Filhos, Lda. Esta empresa é titular de uma área de construção que se encontra em muito mau estado, em pleno centro da urbanização, e querem recordar que por sucessivas vezes chamaram à atenção para a importância da câmara municipal notificar e comunicar ao proprietário deste lote que teria de o manter em condições de salubridade, o que até há bem pouco tempo não estava conseguido. -----

Portanto, há de facto um histórico complicado sobre o chamado lote 47, mas as acessibilidades, quando foram previstas e aprovadas pela câmara municipal, nos termos do alvará do loteamento nº 17/2007, previam exatamente que se



construísse ali uma infraestrutura rodoviária, e não era só por uma questão de imagem. Sendo importante a imagem, porque se trata efetivamente de uma das entradas principais da cidade de Alverca, é para corrigir problemas ou garantir a fluidez do trânsito que entra e sai para a urbanização, que movimentam largas centenas de veículos por hora a cada dia que passa. É disto que estão a falar, não é uma urbanização pequena, é de grande dimensão, porventura uma das maiores que se têm no concelho de Vila Franca de Xira, e quem passa pela EN10 ou circula no interior desta urbanização percebe que a estrutura de acessibilidades é fundamental que seja reformulada, a bem da circulação de todo aquele perímetro construído.-----

Portanto, a questão que têm é a seguinte: De duas uma, ou há um entendimento ou há uma conjugação de entendimentos entre a Sociedade de Construções Gameiro e Filhos, Lda e o urbanizador, a Obriverca, no sentido de avançarem com a construção das acessibilidades que estão previstas e que estão em frente ao lote 47. Não estão a falar de um local diametralmente oposto, estão a falar de um local que dista do local para onde está prevista a construção de uma nova estrada de acesso à EN10, de pouco mais de 100m, se o tiver, o que pressupõe automaticamente que esta estrutura de acessibilidade é para beneficiar todo este canto da urbanização, incluindo o lote 47.-----

Essa é uma negociação a haver entre a Sociedade de Construções Gameiro e Filhos, Lda e a Obriverca com a câmara municipal, ou então a câmara municipal impõe condições, que não são estranhas, são as condições do cumprimento do alvará de construção, que na opinião que têm são fundamentais.-----

Assim, para não terem uma atitude, porque nunca a tiveram, nem sobre esta matéria nem sobre nenhuma, de obstáculo ou de criação de problemas para além dos que já existem, sugerem e propõem que o assunto não seja hoje aprovado, seja objeto de análise e, acima de tudo, que as entidades construtoras percebam o que é preciso fazer, e a câmara municipal cá estará para avaliar e assumir as suas responsabilidades. Este é o entendimento dos membros da CDU, não estão em condições para votarem nos termos na informação que, registam, é um bocadinho mais clara sobre aquilo que está na documentação, mas não é suficiente para votarem com tranquilidade sobre esta matéria.-----



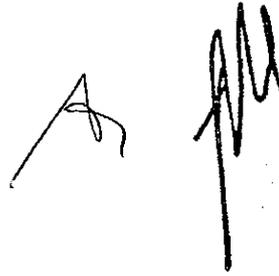
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que ouviu com atenção o diretor do departamento, mas pede para se imaginar que este tinha sido um lote que teria sido construído em primeiro lugar. Assim, usando o mesmo argumento que foi dito, isso iria obrigar os restantes lotes a assumirem a cércea deste, logo, em vez de terem 7 ou 8 pisos, iriam ter todos 6. É claro que não se iria fazer, e então está respondido. Pode-se alinhar a cércea, não tem problema, o empreiteiro sobe umas fiadas de tijolo, coloca um terraço e está alinhada a cércea. -----

Se for esse o problema, está alinhada a cércea, mas não é esse o problema, é que, já agora, se se alinha a cércea, pode-se alinhar o edifício, que são mais de 80m<sup>2</sup>, já agora mais 760m<sup>2</sup> da área de construção, e já agora mais de 1 milhão de euros, e quem aprova é a câmara municipal. Portanto, as coisas têm de ser avaliadas, porque se está em pleno processo de discussão de um documento que foi aprovado na câmara municipal, de reabilitar, de reconstruir, continuando a dizer que quando se olha para o espectro político português e se vê o centro, o próprio está à esquerda. -----

Quando vê isto, e quando vê o argumento de se dizer, "bem, eu vou aproveitar isto, porque aquela zona até é uma zona insalubre", está muito bem, mas este argumento vai-se aplicar a 90% dos proprietários do concelho de Vila Franca de Xira, e então vai acreditar que não se vai aplicar nenhuma daquelas regras que se aprovaram no plano de reabilitar e reconstruir no concelho. Estes senhores, que têm um conjunto de lotes comprados, que alguns deles ganharam fortunas durante 30 anos, então agora não vão lá aterrorizar o terreno? -----

Se o terreno não for assim tão apetecível, não tem problema, aterra-se o terreno, plantam-se umas árvores e os moradores da Malvarosa agradecem. Se for esse o problema, e na zona onde está, que até tem um estacionamento em baixo, um restaurante bom, a câmara municipal resolve o problema. Portanto, obviamente que o argumento não é esse. Os membros da Coligação Novo Rumo não são contra, o que diz mais uma vez, que haja o fecho do quarteirão, que seja construído mais um conjunto de habitação, que até já estava previsto, e que seja ligeiramente incrementado, têm é que existir as necessárias contrapartidas para a entidade pública. -----

Para os membros da Coligação Novo Rumo isso é muito claro, não pode ser desta



forma, porque, caso contrário, os seus votos implicam imediatamente, após a construção, mais de 1 milhão de euros do que estava previsto.-----  
Depois, as coisas não são assim, quando se aprovou o loteamento da Malvarosa, esta construção, como outras, não foram todas alinhadas a 7 ou 8 pisos, porque senão não se teriam aprovado os tais 1444 fogos, tinham-se aprovado 2500. Aprovar 2500 não é a mesma coisa que aprovar 1444 fogos, e mais, acredita, sem saber, que o custo deste lote, com o que estava aprovado, não foi o mesmo do custo do lote ao lado, que lhe permitia construir mais 2 pisos. O custo da aquisição do lote não pode ter sido o mesmo, porque quer dizer que o potencial valor que se pode fazer também não é o mesmo. Não é preciso ser entendido na área da construção, é só fazer contas, porque com a certeza que um lote na Malvarosa não custa o mesmo que um lote ao lado, em Vila Franca de Xira, em que só se podem construir 2 casas, 2 apartamentos, e custam se calhar um terço do que custam na Malvarosa. -----  
Assim, estão de acordo em poder analisar tudo, mas não vale a pena só alguns destes argumentos, e até gostavam de ver qual é a diferença de cotas da cércea, e de receber os cortes e o alçado, para poderem avaliar, para poderem olhar para isto e perceber que não há ali nenhum erro de projeto. O projeto que foi aprovado na Malvarosa era aquele, com aquele desnível, pois é o que fazia com que se tivessem os tais 1444 fogos, porque senão, naqueles apartamentos, que até são os mais caros na Malvarosa, que estão na parte de trás, em vez de haver 3 pisos, havia 8, e estava resolvido o problema.-----  
A situação não é assim, deve-se analisar doutra forma e avaliar as compensações, e as maiores devem ser à Malvarosa. Deve haver compensações a Alverca, mas a maior parte deve ser à Malvarosa, porque quando se diz que o impacto é pequeno, não é um pequeno impacto, está-se a falar de 5 fogos, que são no mínimo mais 3 automóveis por fogo, se usar o mesmo argumento, que é a falta de estacionamento que existe do outro lado. Portanto, usando o argumento do atual candidato às Nações Unidas, e bem, é só fazer contas, é só ver a mobilidade que vai gerar, os amigos que vão lá e os estacionamentos que se vão criar. -----  
Considera que as coisas têm de ser avaliadas, tratadas e revistas devidamente, sendo que os membros da Coligação Novo Rumo não são força de bloqueio, longe



disso, mas no mínimo têm que entender o objetivo final e as compensações da entidade pública, que são essenciais em todo este processo.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que aquilo que o Sr. Vereador disse é aquilo que todos pensam, não estando no espírito de ninguém, a começar pelo próprio, nem beneficiar, nem prejudicar. A ideia é beneficiar o todo, e foi nesse sentido que pareceu ao executivo que esta era uma solução interessante, em termos urbanísticos e de resolver um problema que ali se tem, que prejudica.-----

Conhece uma senhora que tem lá um serviço, uma clínica que ali está encostada, que várias vezes o encontrou e lhe refere problemas, agora já não com tanta acuidade, mas no passado com bastante acuidade, que vinham daquele lote que continua expectante. Então, tentando conciliar os interesses de todos trouxe hoje a reunião de câmara esta proposta, que é evidente que só tem viabilidade se for aprovada.-----

Como a sua obrigação é colher aquilo que é dito nas reuniões de câmara, pensa que foram ditas coisas importantes, que podem ainda melhorar os interesses do todo, sendo evidente que esta alteração, em termos de construção, tem um benefício financeiro para a câmara municipal, mas eventualmente pode ter mais. Assim sendo, sugere aos gabinetes, tanto de uma força política, como de outra, que se dirijam aos serviços de urbanismo, onde lhes será facultada toda a informação relativamente ao projeto e explicado tecnicamente o que se pretende, para os habilitar com mais informação que neste momento não terão. Assim ficam mais confortáveis, como foi referido, para poderem votar, pelo que, ou os Srs. Vereadores ou os seus gabinetes de apoio podem ir ter com o Arqtº Nuno Santos, no sentido de explicar o que está em causa, e encontrar uma outra solução. -----

Está de acordo que as mais-valias que daqui decorrem devem ser aplicadas na própria urbanização, provavelmente em mais equipamento dirigido às crianças, mais equipamentos de lazer, mais uma série de questões que agora não vale a pena estar a pensar, pois cada um tem ideias variadas sobre o assunto. -----

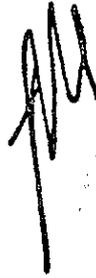
Esta é a questão relativamente a este lote, e a outra coisa é aquilo que já referiu e que de algum modo já foi desenvolvido, sobre a necessidade de se encontrarem outras soluções. Estas matérias não são estanques, não devem ser estanques, as questões são dinâmicas e tem que se estar disponível para, quando aparecem



possibilidades de solução para melhorar, pelo menos refletir sobre elas. Julga que aquela urbanização pode perfeitamente melhorar consideravelmente o seu desenho urbanístico, uma melhoria para todos e, assim sendo, absorvendo as questões que foram faladas, retira o ponto para vir a uma próxima reunião de câmara. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU, através dos seus membros ou dos seus camaradas de gabinete, não se demitem da responsabilidade, mas, antes de poderem fazer a pesquisa e a procura de mais informação, e não está a antecipar qualquer tipo de cenário sobre aquilo que é o sentimento que têm sobre esta matéria, valeria a pena também o Sr. Presidente, antes de tomarem essa diligência por conta e risco, perceber, junto dos intervenientes, se perante uma questão muito concreta que a CDU colocou é possível ou não haver entendimento. Há acessibilidades que estão em falta e, de duas uma, ou são feitas pela câmara municipal, o que lhes parece um princípio a evitar, com o qual nunca estarão de acordo, ou há um entendimento protocolar entre a Sociedade de Construções Gameiro e Filhos e o titular da urbanização, Obriverca, que tem vindo a alegar motivos de natureza financeira para não executar as infraestruturas no âmbito do contrato de urbanização, para que isto resulte, porque o que se está a pedir não é nada de anormal, é aquilo que foi aprovado pela câmara municipal. -----

Portanto, depois de esse esclarecimento ser feito entre as partes intervenientes, e, como é óbvio, não será feito pela CDU, pois não é a sua bancada que tem o pelouro, não gere a câmara municipal, depois avaliarão se valerá a pena, e seguramente valerá sempre a pena procurar informação técnica sobre esta matéria. Há questões técnicas, mas também há questões políticas, como é óbvio. -- Respondeu o Sr. Presidente que aquilo que o Sr. Vereador acabou de dizer não colide com o que o próprio também referiu. Há um "bypass" paralelo, uma via paralela, que está semiconstruída e falta concluir, e essa via estava prevista para acessibilidade aos edifícios que ali iam ser construídos. Defende que ali não se deve construir mais nada, mas isto não é só assim. Os lotes estão, neste momento, num fundo imobiliário, têm de ser adquiridos por alguém, e essa aquisição deveria permitir que aqueles lotes fossem área de cedência para a câmara municipal, ou



então a possibilidade de autorização da mesma, no sentido dessas construções poderem ser feitas em outra área, na área mais alta da própria urbanização.-----

O que o alvará hoje refere é que ali se podem construir edifícios, que têm de ter acessibilidade através desse regulamento, é isso que está previsto, mas é exigível da parte da câmara municipal, e concorda com o Sr. Vereador, se se conseguir evitar que se construam mais edifícios naquela zona, naqueles 2 lotes, salvo erro, que hoje haja um pensamento diferente, e que a entrada de Alverca ali possa ser objeto de uma alteração e inclusão, tendo-se um pensamento em termos paisagísticos que lhe parece exigível que a urbanização pudesse ter. Existem algumas possibilidades, mas estão muito dependentes de questões de caráter financeiro, a não ser que a câmara municipal entendesse comprar aqueles 2 lotes que faltam, o que é uma possibilidade. No entanto, não crê que a solução vá por aí. Assim, o lote 47 tem de ser tratado de uma determinada forma, e o restante daquilo que o Sr. Vereador Nuno Libório e o Sr. Vereado Rui Rei disseram tem de ser tratado num contexto mais geral.-----

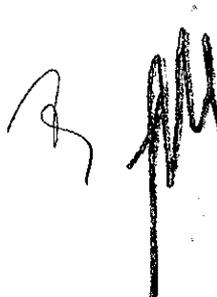
Vai procurar acolher, em termos de informação, aquilo que acabaram de referir e, numa próxima oportunidade, não sabe se para a próxima reunião ou outra mais à frente, o processo virá novamente a reunião de câmara, e reitera o convite para que os Srs. Vereadores vão ao departamento, para terem uma informação mais detalhada sobre os projetos e, sobretudo, os desenhos de alçado, pois aí se verá melhor o que se acabou de referir. -----

Portanto, o ponto está retirado.-----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 16 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 19/16, de 18/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 16 do loteamento da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2015-AUGI, de 25/03, solicitado por Luísa Maria Dias Soares Augusto, herdeira de Isidoro Serrão Soares. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 19/16, de 18/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 24 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 18/16, de 18/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 24 do loteamento da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2015-AUGI, de 25/03, solicitado por Luísa Maria Dias Soares Augusto, herdeira de Isidoro Serrão Soares. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 18/16, de 18/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 112

Reunião de 2016/01/27

Procº 7/16 CERTAUGI

Deliberação nº 042

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 25 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 20/16, de 18/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 25 do loteamento da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2015-AUGI, de 25/03, solicitado por Luísa Maria Dias Soares Augusto, herdeira de Isidoro Serrão Soares. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 20/16, de 18/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

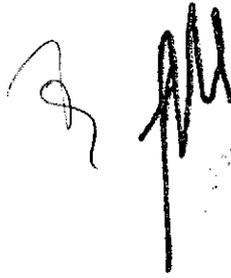
Fl. Ata - 113

Reunião de 2016/01/27

Procº 46/15 CERTAUGI

Deliberação nº - 043

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 99, FRAÇÃO A, DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 13/16, de 12/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 99, fração A, do loteamento da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2015-AUGI, de 25/03, solicitado por Joaquim Pereira. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 13/16, de 12/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE LOTE 240, ATUAL 110, DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 12/16, de 12/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 240, atual 110, do loteamento da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2015-AUGI, de 25/03, solicitado por Joaquim Rosa Ferreira.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 12/16, de 12/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten initials]*

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 414 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA BELA VISTA – SÃO JOÃO DOS MONTES---  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 15/16, de 12/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 414 do loteamento da Quinta da Bela Vista, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2015-AUGI, de 12/03, solicitado por Carlos D'Aló Inácio da Costa. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 15/16, de 12/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **116**

Reunião de 2016/01/27

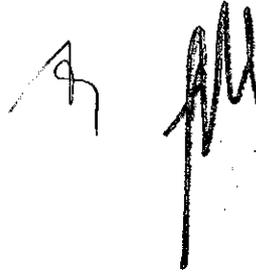
Procº 45/15 CERTAUGI

Deliberação nº **046**

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 415 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA BELA VISTA – SÃO JOÃO DOS MONTES---  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 14/16, de 12/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 415 do loteamento da Quinta da Bela Vista, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2015-AUGI, de 12/03, solicitado por Carlos D'Aló Inácio da Costa.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 14/16, de 12/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 444 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA BELA VISTA – SÃO JOÃO DOS MONTES---  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 17/16, de 22/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 444 do loteamento da Quinta da Bela Vista, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2015-AUGI, de 12/03, solicitado por Heitor Manuel Ferreira Duarte. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 17/16, de 22/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 19 DO LOTEAMENTO DO ESTACAL – ALVERCA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 16/16, de 12/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 19 do loteamento do Estacal, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2015-AUGI, de 29/07, solicitado por Luísa Dias Brida. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 16/16, de 12/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 119

Reunião de 2016/01/27

Procº NIPG 3450/16

Deliberação nº 049

1. Assunto: ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR – ATUALIZAÇÃO DO MAPA COM A INFLAÇÃO ACUMULADA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 7/16, de 18/01, do DGUPRU/DPRU, para aprovação da atualização do mapa com a inflação acumulada, para vigorar em 2016, considerando a taxa de variação média anual ao Índice de Preços no Consumidor (IPC), de 0,5%, referente ao ano de 2015.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 7/16, de 18/01, do DGUPRU/DPRU, e mapa de inflação acumulada, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----


1. Assunto: ATUALIZAÇÃO DOS VALORES REFERENTES AOS 33 REGULAMENTOS ESPECÍFICOS DE RECONVERSÃO - INFRAESTRUTURAS DOS LOTEAMENTOS DELIMITADOS COMO AUGI -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 6/16, de 18/01, do DGUPRU/DPRU, para aprovação da atualização dos valores referentes aos 33 Regulamentos Específicos de Reversão, em 0,5%, de acordo com a taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), normalmente designada de taxa de inflação, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 6/16, de 18/01, do DGUPRU/DPRU e mapa de atualização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 121

Reunião de 2016/01/27

Procº HU-UC/88-042

Deliberação nº 051

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO ESTUDO DE LOTEAMENTO DA AUGI ZONA ALTA DE ARCENA – PARCELA 1 – CASAL DA CARÇAÇA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 11/16, de 14/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação da alteração ao estudo de loteamento da AUGI Zona Alta de Arcena, parcela 1, Casal da Carçaça, em Alverca do Ribatejo, nos termos da alínea b), do nº 1, do artº 4º, da Lei nº 91/95. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 11/16, de 14/01, do DGUPRU/DPRU/SRRU, regulamento, planta de localização, extrato da planta de síntese e planta de síntese, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que se trata de uma área urbanística que carece de resolução nos termos das áreas urbanas de génese ilegal, cujo prazo de vigência da lei que o enquadra já expirou, e esperam os membros da CDU que em sede da Assembleia da República se proceda a novas alterações o quanto antes, no sentido de dar novo enquadramento legislativo para uma matéria que ainda continua por resolver em muitos casos do concelho de Vila Franca de Xira e noutros da Área Metropolitana de Lisboa, especificamente. -----  
Desta forma, aproveitam esta discussão para perguntar em que fase se encontra a parte ou o topo superior deste loteamento, que é o denominado Casal do Cabreiro, uma vez que têm conhecimento, e aliás reportaram em reunião de câmara esse conhecimento, que há moradores finalmente interessados em unir esforços no sentido de, com a câmara municipal, e nos termos da lei das AUGI, cooperarem para a legalização do que falta, que é a parte superior ao topo norte deste



loteamento.-----

A pergunta é simples, estando de acordo com a alteração ao estudo, em que fase é que se encontram os trabalhos que são da competência da câmara municipal para a regularização do Casal do Cabreiro?-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que, como o Sr. Vereador disse, e bem, o Casal da Carcaça está muito adiantado, e há convergência entre o trabalho que a câmara municipal tem vindo a desenvolver e a própria comissão. Portanto, esse aspeto está consolidado e vai-se desenvolver, sendo esta uma pequena alteração que vem ao encontro de alguns pedidos que foram feitos. -----

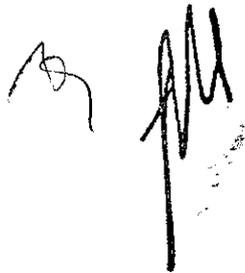
Quanto ao Casal do Cabreiro, é mais difícil. No Casal da Carcaça a comissão sempre esteve disponível para trabalhar e encontrar soluções, mas no Casal do Cabreiro nunca foi assim, apesar de, como o Sr. Vereador diz, haver alguns indícios de que as pessoas se querem organizar. -----

Contudo, há problemas variados no Casal do Cabreiro, pois quando se começou a aprofundar o processo verificou-se que, em termos de avos, aparece muito mais gente do que a que inicialmente se tinha identificado. Assim, chega-se a um ponto em que, das duas uma, ou as pessoas vão ter de ser ressarcidas por alguns desses avos, pois não podem ser contemplados na reconversão, ou vai-se ter de encontrar espaço para acolher uma série de proprietários que se desconhecia que existiam, estando-se numa situação que não é fácil. Por outro lado, há fronteiras com a Cimpor, que no que diz respeito às acessibilidades já se conseguiram resolver, e parece-lhe que o desenho urbanístico existente não deveria ser alterado, mas teme que tenha de ser, para aconchegar alguns proprietários que também são proprietários e se desconhecia que existiam. -----

Não há terreno para todos, há só para alguns, e aqui começa a dificuldade, de se conseguirem encontrar soluções. De qualquer modo, o que quer dizer é que na infraestruturação, em termos viários, o que se devia fazer era fechar, contemplando também a parte do território do Casal do Cabreiro, porque não é possível, como se vê no desenho, fazer uma via, ficar interrompida e não seguir, ficando o resto em terra batida, o que não é uma coisa boa para ninguém.-----

O desenho, em termos de infraestruturas viárias, devia ser completado para que, quando o alvará fosse emitido relativamente ao Casal da Carcaça, estas





1. Assunto: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – ANEXO PARA A FREGUESIA DE VIALONGA – CONSULTA PÚBLICA -  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 52/16, de 19/01, do DOVI/DOVI, para aprovação da submissão a consulta pública, pelo período de 30 dias, do projeto de alteração ao Regulamento de Trânsito do Concelho de Vila Franca de Xira – Anexo para a Freguesia de Vialonga.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 52/16, de 19/01, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **125**

Reunião de 2016/01/27

Procº EDUCA.00SE.004.

Deliberação nº **053**

1. Assunto: PROTOCOLO PARA ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES 2015/2016 – ESCOLA EB/JI BAIRRO DO PARAÍSO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 22/16, de 19/01, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Agrupamento de Escolas Professor Reynaldo dos Santos e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 nº 4 de Vila Franca de Xira (EB/JI Bairro do Paraíso), para a utilização das instalações da escola, no âmbito da organização de Atividades de Tempos Livres – ATL, para o ano letivo 2015/2016. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 22/16, de 19/01, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que os membros da CDU gostariam de aproveitar este ponto para relembrar a situação do prolongamento das ATL, recordando, e já o fez por várias vezes, a decisão tomada em mandato anterior, do prolongamento das ATL até às 19h30. Como estão a funcionar apenas até às 17h30, com os valores que, de alguma forma, são mais fáceis de serem pagos pelas famílias, e a partir das 17h30 até às 19h30 os valores que são depois cobrados são o dobro, gostariam de saber se, das duas uma, ou se cumpre o que é a deliberação tomada, votada e aprovada por maioria, ou se o Partido Socialista pensa trazer a proposta para ser revogada em momento posterior. -----  
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que passará a palavra ao Sr. Vice-Presidente, não sem antes dizer que se calhar está mais inclinado para acolher aquilo que a Srª Vereadora acabou de referir. -----  
Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que o que vem a reunião de câmara é



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 126

Reunião de 2016/01/27

Procº EDUCA.00SE.004.

Deliberação nº \_\_\_\_\_

um protocolo absolutamente igual ao que se tem feito com todas as associações de pais do concelho, dava-se era o caso de, na EB e jardim de infância da Quinta do Paraíso, a associação de pais não ter optado por abrir este serviço de ATL, uma vez que não tinha necessidade. Este ano, já a meio do ano letivo, surgiu este pedido por parte da associação de pais, em virtude do processo de concentração do conjunto de serviços da Associação para o Bem Estar Infantil – ABEI, na zona dos Bacelos, tendo passado a dar jeito aos pais terem ATL. Conforme consta do protocolo, as ATL estendem-se até às 19h00, que é o habitual no concelho, e portanto o protocolo que vem é igual às restantes escolas.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que o protocolo diz que as ATL funcionam até às 19h30, e os membros da CDU sabem que este protocolo é idêntico a todos os outros, e também sabem que nos outros locais aquilo que foi a decisão na câmara municipal não está a ser cumprido.-----

Aquilo que disse, e volta a dizer, é que, ou se possibilita que as famílias paguem um valor que pode rondar os 10,00€, 12,00€, até às 19h30, ou pagam esses valores das 15h30 às 17h30, e depois mais 40,00€ ou 50,00€ das 17h30 às 19h30.

É o que foi dito, e volta a dizer que, das duas uma, ou se cumpre, nos lugares em que se tem este protocolo de ATL, com aquilo que foi decidido e aprovado por maioria, que é dotar estes serviços da capacidade de terem as crianças até às 19h30, com a comparticipação da câmara municipal, ou então revoga-se a decisão tomada já no mandato anterior, porque se está a faltar àquilo que foi uma decisão aprovada por maioria neste órgão.-----

Interveio de novo o Sr. Vice-Presidente, dando conta que as deliberações da câmara municipal são exatamente estes protocolos que estão a ser cumpridos no concelho inteiro, com um funcionamento absolutamente pacífico, que tem permitido que muitas centenas de crianças passem a ter o serviço de extensão de horário e de acompanhamento por ATL até às 19h00.-----

Faz ainda referência para uma deliberação, essa sim importante, que foi tomada na câmara municipal, de tratar diferentemente o que é diferente, e a extensão de horário do pré-escolar não tem nenhum custo para as famílias que dispõem de ação social escolar. Essa decisão foi tomada em reunião, aliás na sequência de negociações tidas para aprovação do plano com a Coligação Novo Rumo, e foi mais


uma das medidas que se tomaram, suplementar, para este ano letivo. As crianças com dificuldades económicas não pagam absolutamente nada pela extensão de horário no pré-escolar, e recorda que quando o executivo trouxe essa medida incluída no plano, o plano foi aprovado com os votos contra da CDU. Essa é a questão fundamental sob o ponto de vista social, que foi tomada pela câmara municipal no que toca ao pré-escolar, suplementarmente, este ano. -----

Quanto ao funcionamento nas escolas, é pacífico, é de qualidade, as associações de pais e Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS, têm feito este trabalho em conjunto com a câmara municipal, e há uma completa consonância com os horários estabelecidos na lei para o serviço da extensão do pré-escolar e para o serviço de ATL, que funciona como no resto do país, nos termos da legislação em vigor. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que é de facto assim, houve algumas questões que os membros da Coligação Novo Rumo propuseram para serem consideradas em orçamento, e uma foi essa que o Sr. Vice-Presidente falou, a extensão de horário, e a possibilidade e necessidade de muitos pais, que não têm condições de suportar, mas as crianças não têm que ter esse reflexo. -----

Quando se fala tantas vezes da educação e educação pública, talvez, para não dizer de certeza, o início, verdadeiramente, da igualdade e da democracia, é na escola, e é na escola que se deve dar igualdade de oportunidades, não é igualdade de resultados. É igualdade de oportunidades, para que o mais favorecido e o menos favorecido tenham, logo no início, igualdade de oportunidades, porque depois, infelizmente, alguns já não têm igualdade de oportunidades em casa. Aí já têm desigualdade de oportunidades. -----

Contudo, também falaram noutra realidade que era importante que a câmara municipal fizesse, pois existem desigualdades no concelho, porque há estes acordos, há pais a pagarem 20,00€, 30,00€, 40,00€, 50,00€, e pais a pagarem às IPSS 150,00€ e 200,00€ pelo mesmo serviço. Depois, não deixa de ser caricato que em algumas IPSS, pelo mesmo serviço, um privado que não recebe um tostão do Estado leva 100,00€. É preciso olhar para isto com atenção, e fala em casos concretos, por exemplo, na Póvoa de Santa Iria, onde isto acontece, onde depois algumas instituições fazem a aplicação de taxas de urgência e de emergência aos



pais, que pensava que eram só os “fascistas” que faziam. -----  
Emergência é emergência, mas depende de quem cria a emergência, não é a favor de quem gere mal a seguir transfira as situações para os utentes ou para os clientes. Aliás, sempre o disse em reunião de câmara, nunca foi a favor que a câmara municipal transferisse para os munícipes as suas ineficiências. Quem faz mal tem de ser responsabilizado por isso. Não pode dizer, com o devido respeito, que “a casa do Sr. Presidente não funciona bem, a minha está fantástica”. Estas coisas têm de ser enquadradas, e depois anda-se a dizer que a culpa é dos outros, a culpa foi da Segurança Social ou foi do Governo. -----  
Pensa que com este Governo se resolve tudo, que não haverá nenhum problema e as instituições andarão pela maior, e por isso disse, há uns meses, e pediu à câmara municipal que avaliasse, junto da Associação de Intervenção Social e Comunitária – AISC, as dificuldades que algumas instituições andam a passar, porque algumas, independentemente destas questões que disse, se forem se calhar ajudadas neste período ainda se conseguem recuperar, mas noutras, por variadíssimas razões, o buraco que se cria depois é tão grande que vai ser difícil resolver o problema. -----  
Tem que se olhar para isto, mas, independentemente disso, não devem ser os pais a pagar estas ineficiências, pois não é justo que um pai que tinha uma criança numa instituição, antes da escola, para estar o dia inteiro nas suas atividades, pagasse duzentos e tal euros, e agora que a criança vai para a escola, para estar no período, ou do almoço ou do fim do dia, pague quase tanto como se estivesse lá o dia inteiro. Pergunta onde é que isto faz sentido, pois não faz sentido nenhum, é um desaproveitamento das instalações que são pagas, a maioria, com dinheiro público e, acima de tudo, a seguir os pais têm de estar a suportar estes custos. -----  
Não estão de acordo, e disseram-no, em altura de discussão do orçamento, porque depois também há outras realidades. Há, por exemplo, uma realidade, que é a da Cercipóvoa, que tem valores altamente competitivos para este tipo de oferta, e bem, e, ao que parece, tem um acordo com a associação de pais, e muito bem. Portanto, têm que se procurar estender estes acordos a todo o concelho, para que efetivamente os pais tenham a mesma condição, e possam proporcionar aos seus filhos as mesmas condições, sem para isso criarem problemas no seu orçamento



familiar. -----

Acreditam na área social, no serviço extraordinário que as IPSS prestam no concelho e no país, não têm nenhuma espécie de desconfiança do serviço que prestam no país ou no concelho, e não querem reverter a entrega de equipamentos às IPSS. O que querem é que os serviços das IPSS complementem o serviço da educação, e que a educação complemente o serviço das IPSS, porque fazem parte da mesma rede, e muitas vezes têm sido as câmaras municipais a concorrerem diretamente com as IPSS e, de forma indireta ou direta, a criarem problemas às instituições. No entanto, tem que se criar uma rede, que é uma rede única, que permita oferecer um serviço, e que os pais não tenham de ser onerados em exagero por esse tipo de serviço. Por isso disseram na altura que, além destes acordos, era importante uniformizar a oferta no concelho, para que os pais não tivessem custos que às vezes ultrapassam os 200% de uma rua a outra, e era importante avaliar isto. -----

Tomou de novo a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que colocou uma questão muito concreta, sendo que a questão dos diferentes preços que são pagos nas ATL, nas diversas instituições ou associações, certamente terão a ver com o facto de algumas terem acordos, outras não, e outras até funcionarem sem a devida legalização do espaço, que é o que infelizmente acontece. As pessoas veem-se sem trabalho, sem postos de trabalho, entram na ideia de serem empreendedoras, tão divulgada pelo anterior governo, põem mãos ao trabalho e abrem "caves" a que chamam ATL e, por questões financeiras, muitas vezes as pessoas colocam lá as suas crianças, mas não cabe à câmara municipal fiscalizar essas áreas. -----

Cabe sim à câmara municipal colocar em prática aquilo que foi uma decisão deste órgão, e volta a frisar a situação. É verdade que os meninos com escalões A e B este ano não pagam aquilo a que se chama Atividades de Animação e Apoio à Família - AAAF, mas pagam entre as 17h30 e as 19h30 valores que são muito elevados, precisamente porque na maior parte dos casos as associações de pais fazem protocolos com as instituições, que, naturalmente, se a verba não vem por parte do município, terão de a colocar a ser paga pelos encarregados de educação. Portanto, quando, no mandato anterior, aprovado por maioria, foi decidido que a



câmara municipal iria encetar os esforços para que todas as famílias pudessem ter acesso aos serviços até às 19h30, sabendo-se na altura, e os membros da CDU disseram-no, que a lei falava das 17h30, mas que havia municípios bem perto, na Área Metropolitana de Lisboa, inclusivamente do Partido Socialista, que têm este serviço prolongado até às 18h30 e até às 19h00, e que não viam por que razão a câmara municipal não podia também encetar esforços para que houvesse esse tipo de horários. -----

Foi aprovada em reunião de câmara, por maioria, com os votos da CDU e da Coligação Novo Rumo, uma deliberação nesse sentido, e já neste mandato o Sr. Presidente disse que percebia a intenção que tinham, e que ia ver, por parte das instituições, se havia alguma possibilidade, mas percebendo também que os custos eram difíceis e que as instituições tinham de ter preços mais elevados do que o serviço prestado pela câmara municipal. -----

Portanto, volta a dizer, não colocando em causa, naturalmente, o protocolo para a escola do Bairro do Paraíso, que, das duas uma, ou se retira o ponto, revogando-se, ou então tentam-se encetar esforços para o município conseguir ajudar a prolongar este serviço até às 19h30. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que uma coisa é estar na gestão da câmara municipal, outra é estar fora. Assim, com todo o respeito pela proposta que os membros da CDU fizeram, que foi aprovada com os votos contra do Partido Socialista, que gere esta câmara municipal, porque entendeu, com as questões de carácter financeiro que estavam subjacentes, que nem sabia o que é que aquilo ia dar, tem que se ser prudente, apesar de considerar a bondade da ideia da proposta. Há matérias de carácter de gestão que têm de ser consideradas, e há outras que já explicou pessoalmente à Srª Vereadora, que não vale a pena agora referir, que têm a ver com as instituições, que também são uma preocupação. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, para mencionar só uma questão, em termos de reflexão, que não tem a ver especificamente com o ponto, pois percebe-se que estão todos de acordo em aprovar, que foi trazida pelo Sr. Vereador Rui Rei, e crê que merece algumas palavras da parte do executivo PS. -----

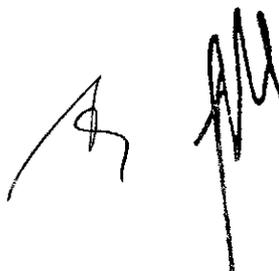
Assim, foi pedido aos serviços uma recolha, que se está a fazer, no que respeita ao parque escolar do concelho, que são cerca de 46 estabelecimentos. Não existe em



todos ATL, mas praticamente em todos, pelo menos essa possibilidade está aberta pela câmara municipal, e tem dado origem a um conjunto de serviços, articulado preferentemente com as associações de pais, quando pretendem ser elas próprias a avançar, a serem parte do protocolo com a câmara municipal, e nos casos em que as associações de pais não têm interesse ou nem sequer exista associação de pais, porque há muitas situações em que não existe associação de pais, as IPSS têm-se mostrado disponíveis para entrarem neste processo e, no fundo, prestar este serviço a partir das escolas.-----

Esta questão tem dado bons resultados, na medida em que se encontrou uma solução para muitas centenas de crianças, quer do pré-escolar, quer do primeiro-ciclo, que passam a fazer, no fundo, a extensão do horário todo dentro da escola, com todas as atividades complementares. Como os protocolos são feitos com as associações de pais ou as IPSS, quando elas não existem, a realidade de cada escola é também muito diferente, sobretudo em número de alunos, o que significa que os custos relativos de cada serviço deste também não são completamente iguais, e dificulta uma espécie de tabelamento igual para todo o concelho, dum serviço que, de facto, tem custos diferentes de escola para escola. Uma escola muito pequenina com poucos meninos em ATL tem um custo unitário maior do que uma escola muito grande, com muitos meninos, que embora tenha custos superiores, os custos "per capita" são, de facto, mais baixos. Assim, não há uma possibilidade lógica e económica de poder fazer repercutir os custos de uns para outros, quando efetivamente os custos são diferentes "per capita".-----

Diz isto em termos de informação e reflexão, uma vez que a câmara municipal trata diretamente com esta realidade no terreno e conhece-a muito bem. Um outro aspeto diferente, que também não quer deixar de referir, e é um caminho que se tem feito, com o acompanhamento do pelouro da educação e dos agrupamentos, é a transformação das associações de pais, que antes eram a associação de pais da escolinha A e a associação de pais da escolinha B, para uma associação de pais que reúna todo o agrupamento de escolas. Isto tem vindo a acontecer um pouco por todo o concelho, o que tem dado uma escala diferente a esta organização, e já é possível, nesses casos, dentro do mesmo agrupamento, haver uma uniformização do serviço, que é o que tem acontecido nalguns



agrupamentos em que esta junção tem vindo a ser feita, e com sucesso. -----  
O que diria é que o caminho que se lançou há 5 anos, de disponibilização das  
escolas e pré-escolares a este novo serviço às famílias está ganho, e está ganho  
também o caminho que foi feito, e que está a ser feito todos os dias com os  
agrupamentos, de reorganização interna e de organização interna também do  
serviço. À medida que os anos vão passando as pessoas vão-se habituando e tendo  
confiança no serviço, porque os resultados são bons, entretanto já houve irmãos  
que passaram por ele, e os pais estão disponíveis e querem que o irmão mais novo  
também passe. -----

Portanto, há um caminho de criação de massa crítica, que não se faz com  
parangonas nesta discussão, em termos de reunião de câmara, mas que é um  
caminho sério e uma reflexão profunda que tem vindo a ser feita, não só pela  
câmara municipal, mas também pelos diversos intervenientes. -----

Não pode deixar de referir isto, até pela lógica que tem a intervenção que foi feita  
por parte do Sr. Vereador Rui Rei, que não está esquecida, mas está matizada por  
esta reflexão que se tem feito, ou seja, está-se a caminhar nesse sentido, e o ponto  
de chegada é que tem de ser feito com os passos adequados, de modo a que as  
coisas funcionem bem, como estão a funcionar. -----

Relativamente ao ponto, pensa que se poderá considerar aprovado por  
unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Vice-Presidente. -----

1. Assunto: PROGRAMA DE RECITAIS NA FÁBRICA DAS PALAVRAS E “PALÁCIO PARA OS PEQUENINOS”, NA QUINTA DA PIEDADE – PROTOCOLO COM A SOCIEDADE EUTERPE ALHANDRENSE/CONSERVATÓRIO REGIONAL SILVA MARQUES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 6/16, de 20/01, do DEC/DCTPM, para aprovação da minuta do protocolo para a área cultural, a celebrar com Sociedade Euterpe Alhandrense/Conservatório Regional Silva Marques, para o programa de recitais na Fábrica das Palavras e “Palácio para os Pequenininos”, na Quinta da Piedade. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 6/16, de 20/01, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que se está com um programa de recitais a acontecer, ao abrigo de um protocolo entre a câmara municipal e o Conservatório Regional Silva Marques, e os membros da CDU não têm nada contra, antes pelo contrário, de facto é um conservatório importante e único no concelho. Aquilo que lhes levanta algumas dúvidas é a redação do texto, quando se diz, na “Proposta - Diversos”, que é o último ponto: “Propõem-se ainda a realização de audições, a ver posteriormente em termos de locais e de datas, com o objetivo de dar espaço aos alunos para tocar em espaços diferenciados e também para dar a conhecer os espaços culturais municipais aos frequentadores do Conservatório Regional Silva Marques, que originariamente são de diversas freguesias do concelho, e também de concelhos limítrofes”. -----  
-----  
Está-se disposto a dar, através de um protocolo, com base em serviços,



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 134

Reunião de 2016/01/27

Proc.º \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

naturalmente de excelente qualidade, ao Conservatório Regional Silva Marques, mais de 8 000,00€ para que se façam programas/recitais apenas na Fábrica das Palavras e alguns “workshops” no “Palácio para os Pequenininos”, e aí não estão de acordo. A proposta que aparece nos “Diversos” diz que é possível fazer audições em espaços diferentes, em datas também a combinar, mas entendem que deveria ser diferente e que todas as freguesias do concelho deveriam ter oportunidade de assistir a alguns recitais que, como já disse, são de excelente qualidade, a que o conservatório já os habituou.-----

Portanto, ou se consegue nesta reunião decidir que não é apenas a Fábrica das Palavras que tem capacidade para assegurar um programa destes, ou então não estarão de acordo. Porque não desenvolver isto na Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense? Porque não também programas de recitais na Póvoa de Santa Iria, em outro espaço, ou na freguesia de Vialonga ou de Alhandra? Não lhes parece correto que a câmara municipal faça um protocolo com o Conservatório Regional Silva Marques e que as freguesias do concelho não possam todas ter acesso, e que se restrinja apenas à Fábrica das Palavras.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, questionando, só para depois poder responder exatamente à questão colocada, a que cláusula se refere a Sr<sup>a</sup> Vereadora.-----

Respondeu a Sr<sup>a</sup> Vereadora que se refere à última página do protocolo.-----

Logo na Cláusula Primeira fala-se em “recitais/audições pelos alunos do Conservatório na Fábrica das Palavras ou outros equipamentos”, e pensam que se devia especificar que isto vai acontecer noutros espaços do município, sob pena de se ter a Fábrica das Palavras com uma agenda bastante cheia e preenchida no que diz respeito à música, e depois ter espaços onde os munícipes não têm esse acesso.-----

Consideram que seria se calhar mais correto retirar esta vontade de fazer os recitais na Fábrica das Palavras e abrir o leque para outros equipamentos municipais, porque senão está-se a restringir para a Fábrica das Palavras, na parte da música, e ao “Palácio para os Pequenininos”, no palácio da Quinta da Piedade.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que crê que já entendeu exatamente o que a Sr<sup>a</sup> Vereadora pretendia referir, e o que se está a fazer é programação cultural, pura e dura, e está-se a fazer uma programação cultural de qualidade,



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 135

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

mantendo a qualidade que se tem tido, nomeadamente na Fábrica das Palavras, que é um equipamento que não é de Vila Franca de Xira. É um equipamento que tem hoje já um peso institucional e cultural na Área Metropolitana de Lisboa, e é para aí que se quer caminhar. Fez-se, como os presentes se lembram, no primeiro ano, um protocolo com a orquestra metropolitana, que trouxe muita gente, e fez-se o ano passado um ensaio já com o Conservatório Regional Silva Marques para um conjunto de recitais, que correu muito bem sob o ponto de vista de assegurar a programação de música clássica na Fábrica das Palavras, e é o que se traz hoje também. -----

É a consolidação deste projeto, que tem uma qualidade que não é concelhia, é uma qualidade nacional, bastando ver o programa e quem o vai executar, sendo que o que se está a fazer é um protocolo para assegurar a música de recitais, a temporada de recitais deste ano da Fábrica das Palavras, através do conservatório, que é do concelho. -----

É isso que o executivo traz, não limita esta qualidade a Vila Franca de Xira, e por isso mesmo inclui-se neste protocolo mais um programa de referência, que também foi já ensaiado há 2 anos e o ano passado, com sucesso, que é associar o único conservatório existente no concelho a uma programação de qualidade, neste caso no sul do concelho, no "Palácio para os Pequeninós". Portanto, traz-se também aqui o programa. -----

Está-se a falar de programação cultural de dois espaços que têm características muito próprias, mas uma questão diferente é, e por isso fez a pergunta à Srª Vereadora, relativa à última cláusula, e à possibilidade existente dos alunos do conservatório, o que não tem a ver com a programação cultural de que falou antes, poderem vir a fazer as suas próprias audições fora do espaço do conservatório, em espaços que, sob o ponto de vista da câmara municipal, tenham também condições para receber esse tipo de espetáculos. Confessa que isto não é sequer nada de novo, não é sequer nada exclusivo do conservatório, e vai dar dois exemplos que, se os Srs. Vereadores acompanharem minimamente a programação geral em termos culturais do concelho, recordar-se-ão. -----

O CEBI fez as suas audições na Fábrica das Palavras o ano passado, os bombeiros da Póvoa de Santa Iria têm feito audições no palácio da Quinta da Piedade, e o



executivo está absolutamente disponível para, na dinamização dos diversos espaços existentes no concelho, com condições para isso, acolher este tipo de iniciativas. Aliás, é o caminho que se está a fazer e é o caminho que se iria continuar a fazer. -----

O que se traz hoje neste protocolo é, por um lado, programação cultural pura e dura, de dois espaços que se quer que mantenham e subam preferentemente o nível de qualidade e, depois, formalizar uma coisa que se faz com todas as entidades que solicitam a câmara municipal, que é ajustar os equipamentos a essas possibilidades. Dá o exemplo do Museu do Neo-Realismo, que tem recebido imensos concertos e atividades, exatamente assim, por autoproposta das próprias instituições. Está é escrito na última cláusula, mas podia até nem estar, porque é uma coisa de gestão quase quotidiana do pelouro da cultura. -----

É isto que se quer, crê que está muito claro e é o nível que se pretende manter. O tratamento da Fábrica das Palavras é, de facto, um equipamento que tem de ter uma orientação cultural de excelência, tal como o Museu do Neo-Realismo também tem que o ter, sendo esta a preocupação do executivo. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que gostava de deixar uma questão. Quando é que o executivo do Partido Socialista pensa em trazer a programação para os outros espaços culturais do concelho? Se, de facto, a Fábrica das Palavras tem essa importância toda que o Sr. Vereador disse, e concorda, os outros espaços também têm, e se isto diz respeito àquilo que é a grande importância da programação cultural da Fábrica das Palavras, o Sr. Vereador que traga depois, por favor, para os membros da CDU poderem aprovar, o programa, também de grande importância, das outras freguesias do concelho. Parece que, certamente na Castanheira do Ribatejo, por exemplo, haverá público disponível para assistir a recitais, e provavelmente não terá capacidade, porque nem toda a gente a tem, para se deslocar à sede do concelho. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que a programação não virá a reunião, porque não tem de vir para ser aprovada, mas, como a Srª Vereadora sabe, e muito regularmente, nas pastas dos Srs. Vereadores é distribuída informação, sugerindo também a leitura do boletim que chega a casa de todas as pessoas, em que a Srª Vereadora verá que há uma programação cultural de norte a sul do concelho





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

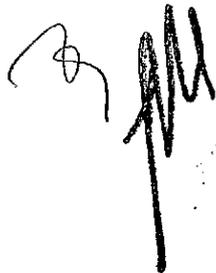
Fl. Ata - 138

Reunião de 2016/01/27

Procº DCTAE.00DM.

Deliberação nº 055

1. Assunto: DOAÇÃO, POR AFONSO HENRIQUE CAMINO DE BURNAY, DE TRÊS FOTOGRAFIAS A PRETO E BRANCO DE SUA AUTORIA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2/16, de 04/01, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aceitação da doação de três fotografias a preto e branco, da autoria e pertença de Afonso Henrique Camino de Burnay, para incorporação na coleção de fotografia do museu municipal.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2/16, de 04/01, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2016 – PROJETO DA 1ª ALTERAÇÃO AOS REGULAMENTOS NºS 5/2015 e 6/2015 – CONSULTA PÚBLICA -----  
-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com parecer nº 3/16, de 21/01, do DGAFJ/DAJ, para aprovação dos projetos da 1ª alteração aos Regulamentos nºs 5/2015 e 6/2015, “Regulamento da Feira Anual de Outubro – Feirantes” e “Regulamento da Feira Anual de Outubro – Equipamentos de Diversões e de Outros de Natureza Lúdica, respetivamente, e submissão dos mesmos a consulta pública, durante 30 dias, nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo. -----  
-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se parecer nº 3/16, de 21/01, do DGAFJ/DAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----

4. Dotação orçamental: -----  
-----

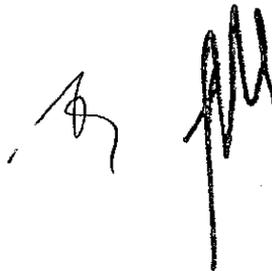
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que este ano é introduzido um artigo 9º, dedicado às tasquinhas, e bem. Os membros da Coligação Novo Rumo já o ano passado tinham falado nesta situação, este ano está incluída, mas há algumas questões que gostariam de abordar ligeiramente e rapidamente. -----

Na alínea a), do nº 3, do artigo 9º, diz-se que: “os espaços destinados às Tasquinhas da Feira Anual de Outubro serão atribuídas às Associações ou Coletividades que solicitem, por escrito, à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (CMVFX) a sua exploração durante o decurso da feira”. Não há um prazo, e questionam até quando devem apresentar essa candidatura. -----

Depois, mais em baixo, diz-se que, dependendo do número de solicitações, o método será o sorteio, e questiona quando é que é feito esse sorteio, porque uma das questões que têm a levantar é que, por exemplo, o ano passado foram



informadas as instituições em setembro, quando as candidaturas foram, se não está enganado, até março. Têm que se estabelecer prazos, porque depois as instituições têm de ser informadas sobre a matéria, e isso deveria estar no regulamento.-----

Na alínea b), no nº 3, diz-se que: “Não estão sujeitos ao disposto na alínea anterior o Xiraclub – Associação dos Trabalhadores da Câmara Municipal e SMAS de Vila Franca de Xira, ao abrigo do protocolo celebrado com a CMVFX e uma instituição do concelho que prossiga fins de solidariedade social”. Assim, o que percebe deste artigo é que existe uma exceção ao Xiraclub, que estará sempre presente na Feira de Outubro, e uma instituição de solidariedade social com quem a câmara municipal, previamente, fará um protocolo ou um acordo. É o que interpreta, mas não sabe se é isso que está, e tem que ser clarificado.-----

Se é protocolo, está muito bem, se não é, como é que se escolhe a instituição que vai para lá todos os anos? Estas coisas têm de ser claras, têm que ter tempo, porque as instituições têm de ter tempo para se prepararem, para irem para lá, não podem saber em setembro a data para irem para este local.-----

Neste sentido, considera que faria sentido que se fizessem algumas correções, para tornar este regulamento mais claro e objetivo.-----

Respondeu o Sr. Presidente que o que se está hoje a aprovar é a remessa deste regulamento para discussão pública, e o executivo vai analisar aquilo que o Sr. Vereador acabou de dizer. Quando o processo vier novamente a reunião de câmara certamente que se terá em consideração aquilo que acabou de referir e, naturalmente, outras matérias resultantes da consulta pública.-----

Portanto, a partir de agora quem bem entender pode fazer chegar propostas de alteração, mas aquilo que pretende saber é se se aprova a remessa para discussão pública deste regulamento.-----

Tendo a resposta sido positiva, concluiu a sua intervenção dizendo que fica aprovada a remessa para discussão pública.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----





Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----  
LEGALIZAÇÃO DE VIVENDA - QUINTA DA RAZINHA – CASAL DAS AREIAS – ALVERCA  
DO RIBATEJO -----

Interveio o munícipe, Sr. Fernando Palha, cumprimentando os presentes e dizendo estar na reunião em representação do Sr. Sergey Skidaru, um munícipe que mora em Alverca, que veio da Ucrânia, já cá está há 12 anos, mas antes já um tio dele tinha chegado a Portugal.-----

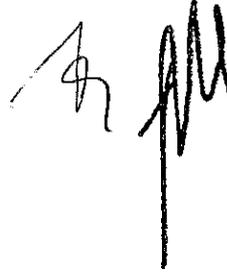
A esse tio, por prestar serviços de segurança e vigilância a uma firma em Alverca, foi-lhe dado um bocado de terreno com uma casa, na Quinta da Razinha, Casal das Areias, e disseram-lhe que era dele e que fazia o que quisesse. Essa empresa veio a falir, a fechar portas, mas o tio do Sr. Sergey acabou por passar uma procuração e, como não tinha filhos, fazer uma doação, tendo dito ao Sr. Sergey para se organizar, e ele organizou-se.-----

Assim, foi fazer um usucapião, mas antes disso foi identificar o prédio nas Finanças, pagou 10% de 35 000,00€, que foi a avaliação do terreno no usucapião, e pagou 4 anos em atraso de IMI. Quando chegou a altura de registar na Conservatória, registou, mas a Conservatória andou para trás, porque não tinha licença de utilização. Ainda que se tenham mostrado umas fotografias aéreas, que mostravam umas ruínas anteriores a 1951, no local, não foram suficientes para convencer a Srª Conservadora da veracidade, de que havia ali alguma construção digna.-----

Então, avançou com o processo para a câmara municipal, com a Ciratecna, para legalizar a vivenda, e há uma semana recebeu um telefonema da Ciratecna, a dizer que era melhor desistir, porque não se ia conseguir legalizar a dita casa.-----

Portanto, o Sr. Sergey fez o usucapião, registou, pagou, apresentou o terreno na Conservatória, mas não consegue ir até ao fim, e não vai conseguir legalizar pelas vias normais. Tentou legalizar a casa, que está edificada, construída, habitada há mais de 12 anos, e a construção até já era mais antiga, mas foram feitas umas obras, só que não se consegue registar.-----

Foi-lhe dito que pela via da câmara municipal era melhor nem se meter nisso, porque podia correr o risco que a casa viesse abaixo, mas como não é avestruz, e não põe a cabeça debaixo da terra, o próprio veio, em representação do Sr.



Sergey, pôr o problema em cima da mesa para se resolver. Considera que era importante que fosse encontrada uma exceção, se é que de exceção se trata, mas que fosse encontrada por parte da câmara municipal uma via que permitisse ao Sr. Sergey e à família, mulher e filho, resolver o problema. -----

O Sr. Sergey tem 92% de incapacidade, há uns anos sofreu um choque de 10 mil volts no crânio, e só não faleceu porque tinha um colega socorrista ao lado que o manteve em reanimação até chegar o INEM, porque senão não estava cá, teve muitas operações na vida, 10 ou 12, nem sabe quantas teve, e é um lutador, mas quanto a isto não está a conseguir fazer nada. -----

Portanto, fez o usucapião, fez a escritura, pagou, está a pagar nas Finanças esses 10%, mas não consegue legalizar, e parece que o problema é da câmara municipal. O próprio não sabe, de momento, explicar mais, porque não foi quem fez a consulta, foi uma empresa do concelho, mas gostava de saber se podia haver consideração ao caso presente. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Fernando Palha veio trazer uma questão que efetivamente tem de ser analisada internamente, e a única coisa com que se pode comprometer é a fazer essa análise e tentar encontrar, eventualmente, uma solução. -----

Não lhe cabe agora estar a dizer que o Sr. Sergey fique descansado que se vai resolver, não era prudente, nem sério, a única coisa com que se compromete é, junto dos serviços, tanto da área de urbanismo, como da área social, analisar o processo e naturalmente verificar se há alguma solução para resolver a questão, e o munícipe finalmente registar a sua casa. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 144

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----  
DIVERSOS PROBLEMAS NA PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o munícipe, Sr. Luís Oliveira, cumprimentando a todos e dizendo que mora na Póvoa de Santa Iria, não tem o dom da palavra, mas gostaria de tentar resolver alguns problemas gravíssimos que se passam na Póvoa, desde os passeios para peões. -----

Não há passeios para peões, há passeios para carros, as passadeiras para peões não se veem, e as que se veem também são de carros, não são para peões. Os camiões não podem entrar na cidade, exceto para cargas ou descargas, mas aquilo é o parque internacional TIR da Póvoa de Santa Iria, com todo o incómodo que causa aos moradores. É um deles, e sente-se bastante incomodado com isso. - Tem feito participações e reclamações à junta, tem comunicado à PSP, mas não tem conseguido resolver qualquer problema, ou seja, mora na Póvoa de Santa Iria há 40 anos, e é uma anarquia completa, não tem ponta por onde se pegue. -----  
Gostaria de poder andar à vontade na cidade, e chamam àquilo cidade, o próprio não, mas gostaria de poder andar lá à vontade, num passeio, porque é pai e avô, e gostaria de se poder sentir bem na Póvoa de Santa Iria, que neste momento não tem qualquer qualidade de vida para os munícipes. -----

Gostaria, uma vez que não está a conseguir resolver os problemas lá, de colocar o caso ao Sr. Presidente, para ver se de facto lhe consegue resolver o problema, bem como a todos os povoenses que se sentem injustiçados. -----

Costuma dizer que a Póvoa de Santa Iria está dividida em duas partes, a do lado de baixo, da EN10, e a parte de cima da EN10, sendo que a parte de cima está completamente abandonada. Está esquecida, não tem espaços verdes, há estacionamento em cima dos espaços verdes, e aliás chama àquilo espaços verdes, porque é de inverno, porque se for de verão é castanho ou amarelo, não havendo condições nenhuma para viver na Póvoa de Santa Iria. -----

Assim, gostaria de expor o caso ao Sr. Presidente, para ver se lhe consegue resolver o problema, para que se possa andar bem na cidade, nos passeios, que é o local para se andar, nas passadeiras de peões, que são as passadeiras para as pessoas e não dos carros. Quanto aos camiões, como já disse, aquilo é o parque internacional TIR da Póvoa de Santa Iria. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata • 145

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se podem ter as opiniões que se quiserem, sobretudo até dizer que na Póvoa de Santa Iria não se consegue viver, porque aquilo é uma lástima, mas não é verdade. O munícipe tem essa opinião, que respeita, e as motivações porque o diz, só o mesmo saberá. Agora, ao não conseguir verificar o investimento que tem sido feito na Póvoa antiga e os outros que têm sido feitos, em termos gerais, na Póvoa de Santa Iria, o que tem a dizer, com todo o respeito e consideração, é que o Sr. Luís Oliveira não quer ver. ----- Outra coisa é um outro tipo de abordagem, com o que está de acordo, que é encontrar soluções para aquilo que falta fazer, e é um trabalho que o executivo diariamente se esforça por fazer. Há passeios que efetivamente há muitos anos, décadas, que estão por fazer, a câmara municipal tem de os fazer, e aí concorda com o munícipe. Há que continuar a tentar encontrar soluções para melhorar a segurança das pessoas, e naturalmente que diz que sim. ----- Quanto aos camiões, a polícia é que tem obrigação de multar as pessoas que estacionam os carros indevidamente, e pensa que as empresas de camionagem devem acolher os seus veículos, não é a Póvoa de Santa Iria ou os arruamentos do município que devem servir para isso, mas hoje em dia é assim que se faz, porque deixar os carros na empresa é muito longe para as pessoas depois irem até casa, e é mais cómodo deixar o camião. Às vezes deixa-se a galera e vai-se com o reboque, ou deixa-se o reboque e vai-se com a galera, já os tem visto a andarem a circular ao fim de semana, como se fosse um carro utilitário ou um carro ligeiro, sendo estas atitudes complicadas, com o que também concorda, mas naturalmente que as forças de segurança, sobre este particular, é que têm de ter uma atitude de fiscalização, controlo e punição. ----- O que pode dizer é que o executivo continua com o espírito de sempre, de tornar a cidade da Póvoa de Santa Iria uma boa cidade para se viver, e já nem está a falar sequer da requalificação da zona ribeirinha. No entanto, cada um tem o olhar que quer sobre as coisas, e o que pode dizer é que há matérias que ainda estão por fazer, que estarão sempre, porque não é um trabalho que esteja completo sempre. Há sempre coisas por fazer, mas o executivo vai-se esforçar para ir ao encontro daquilo que o munícipe referiu, nomeadamente no que diz respeito aos passeios. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

RUA CASAIS DE SANTO ANTÓNIO – LOJA NOVA – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o munícipe, Sr. Alfredo da Cunha, cumprimentando e desejando um bom ano a todos os presentes, dizendo que vem mais uma vez pedir ao Sr. Presidente se podia agir na rua Casais de Santo António, na Loja Nova, em Vila Franca de Xira, porque andaram a trabalhar na rua, que é um bocado comprida. -----

Há um bocado, pouco, onde não circula carro nenhum, e aí já foi mais ou menos arranjada numa valeta. Quanto ao resto da estrada ou da rua Casais de Santo António, continua na miséria, há muros que estão a cair, em que de vez em quando o próprio tem de arredar pedras.-----

No que respeita ao alcatrão que puseram, continua a ser de bocados de belindres, e escorrega ali muita gente. As suas netas, que vão para a escola, têm sempre problemas, e estão sempre a pedir ao avô se as pode levar à escola.-----

Depois, não é apenas o próprio que se queixa daquele bocado da rua, há outra gente que se queixa. -----

Terminou, referindo que mais uma vez está a “chatear” a todos e pede desculpa.--

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que é um gosto ver o munícipe, pedindo ainda ao Sr. Vereador António Oliveira que veja o que pode fazer. Já se fez alguma coisa, mas ainda não é suficiente, tem que se fazer mais. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - **148**

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----  
CORTE DE ÁRVORES NO PARQUE QUINTA DA COUTADA – VILA FRANCA DE XIRA-----  
Interveio o munícipe, Sr. Luís Gamboa, reportando-se ao denominado Parque Municipal da Quinta da Coutada, em Vila Franca de Xira, em que no verão cortaram todas as árvores, sem qualquer indicação. -----  
Já tentou obter informações na junta de freguesia, nada lhe foi dito, e não sabe o que aconteceu. As árvores foram cortadas, foram levadas, não existe lá nada, existem restos de madeira que, chegando ao verão, possivelmente poderão pegar fogo. Assim, não sabe se existe alguma informação sobre isso. -----  
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a câmara municipal cortou uma zona florestal eucaliptal, porque a proteção civil referiu que se tinham de encontrar soluções para evitar incêndios. Portanto, há um plano de reflorestação, que foi aprovado em reunião de câmara e produzido pela proteção civil, e aquilo que refere é que, por um lado, se têm de encontrar soluções de caminhos que possam atacar convenientemente algum incêndio que possa acontecer, e, por outro, através da divisão ambiental da câmara municipal encontrar soluções de diversificar as árvores, e não ser só eucaliptal. -----  
De qualquer modo, passou lá no domingo e, como o munícipe sabe, os eucaliptos crescem muito rapidamente, e podem ser cortados 3 vezes. São árvores de crescimento rápido, e o que se tem de fazer é deixar estar uma parte de eucalipto, e haver um plano para uma reflorestação de outro tipo de árvores que seja aconselhável. É nisso que a divisão respetiva está a trabalhar, para que mais tarde o Sr. Luís Gamboa goste de ir àquela zona, e espera o próprio que um dia possa vir a reunião dizer: “Afinal o senhor tinha razão, aquilo está uma maravilha”. -----  
Fica-se sempre nessa expectativa, mas o que normalmente lhe trazem a reunião não é isso, são as dificuldades, e é natural que seja assim. -----  
O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que boa parte da resposta já foi dada pelo Sr. Presidente, e apenas quer dizer que na zona de onde se retiraram os eucaliptos uma das preocupações foi a salvaguarda dos sobreiros que lá estavam, que estavam completamente cobertos pelos eucaliptos, com risco de poderem vir a perecer. De qualquer forma, o objetivo é a reflorestação, não com eucaliptos, que não são árvores autóctones, mas com árvores que se adequem ao território.---



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \* 149

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

ZONA VERDE DA QUINTA DA COUTADA – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o munícipe, Sr. Luís Gamboa, referindo-se à zona verde da Quinta da Coutada, em Vila Franca de Xira, dizendo que se se for ao Google, por exemplo, vê-se que existem estas denominações, só que lá não existe nada. Existe apenas mato, que agora a junta começou a cortar, felizmente, devido às silvas, pois viam-se cobras e ratos.-----

Os proprietários tiveram de pagar a expropriação destes terrenos aos antigos moradores, a câmara municipal, inclusive, tem lá lotes de terreno e, apesar de ser considerada uma zona urbana, e pagarem o IMI tal e qual como se vivessem no centro de Vila Franca de Xira, parece que estão numa zona rural, abandonada, onde nada é feito. -----

Assim, gostaria de saber se o podem informar se há algum plano a longo ou a curto prazo relativamente a estes assuntos. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vice-Presidente depois falará, mas quer dizer que a Quinta da Coutada tem duas áreas, a zona considerada urbana e a zona rural, cujos coproprietários, relativamente à zona rural, tiveram um compromisso com a câmara municipal, que naquela zona as vias não iam ser pavimentadas com betuminoso. De qualquer forma, de muitas reclamações que chegaram, nomeadamente uma com uma grande incidência, que foi uma das que lhe pareceram absolutamente prioritárias, era da rua Hóquei do Clube Vilafranquense. Foi uma senhora que veio falar consigo, e é uma pessoa que necessita de ir com frequência ao hospital fazer exames, e não conseguia circular ali, por exemplo, uma ambulância. Portanto, essa foi a zona intervencionada.-----

Depois, a área da responsabilidade do Sr. Vereador António Oliveira e os serviços respetivos fizeram, como se sabe, uma requalificação total de todos os arruamentos que estavam muito degradados, e é isso que se vai continuar a fazer. Se se gostaria de ter mais, é provável que sim, só que se está a falar de uma AUGI que tem especificidades contempladas no respetivo alvará. Contudo, o Sr. Luís Gamboa colocou algumas questões, a do alargamento é uma questão relativamente simples. Assim, se for simples a câmara municipal resolverá também rapidamente. -----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - **151**

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----  
RECLAMAÇÃO RELATIVA AO RUÍDO DA CAMPAINHA NA PASSAGEM DE NÍVEL - VILA  
FRANCA DE XIRA -----

Interveio o munícipe, Sr. Ricardo Bico, cumprimentando todos os presentes e dizendo que o assunto que o traz a reunião de câmara é muito rápido. Assim, face a uma reclamação que fez por causa dos decibéis da passagem de nível do comboio, em Vila Franca de Xira, a câmara municipal escreveu-lhe, no dia 28 de outubro, faz amanhã 3 meses, a dizer que brevemente daria resposta. Sobre o brevemente vão 3 meses, e só quer saber quando é que saberá alguma. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a única coisa que pode dizer é que, efetivamente, a câmara municipal já fez todas as diligências possíveis e imaginárias junto da tutela. Compreende, porque também passa por lá e sabe que é um som ensurdecedor, uma coisa absolutamente inacreditável. Compreende que para quem vive ali perto deve ser um grande tormento, está de acordo, e se tivesse condições e competência para baixar o som, fazia-o, mas retirar o som não se pode, é uma questão de segurança, e é isso que a Infraestruturas de Portugal vem dizer, que aquele som é por uma questão de segurança. -----

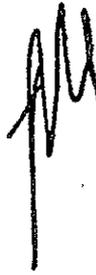
O Sr. Vereador António Oliveira interveio, cumprimentando todos os presentes e dizendo que já não é a primeira vez que este assunto vem a reunião de câmara. Já houve várias tentativas e insistências da câmara municipal, e daí a carta enviada no dia 28 de outubro ao munícipe, mas não se voltou a insistir com mais resposta porque se continua à espera que a Infraestruturas de Portugal, ex-REFER, se digne a responder à câmara municipal, já não através do seu gabinete, mas através do gabinete do Sr. Presidente. Entendeu-se que deveria ser feita nova e última insistência, e diz última porque está esperançado de não ser necessário escrever mais à REFER Património. -----

Como já foi informado, fez-se um trabalho de avaliação acústica, diurna e noturna, em várias habitações junto àquela passagem de nível, para fundamentar a exposição. Já não diz para se retirar a sinalização sonora, mas pelo menos que se escolha outro tipo. Veem-lhe dizer, particularmente, pelo telefone, que é o que está neste momento regulamentado na União Europeia, e está à espera que lhe chegue a informação por escrito, para se tomar uma atitude depois, a nível da



*[Handwritten initials]*

1. Assunto: DUATLO DAS LEZÍRIAS 2016 – TROFÉU JOSÉ LUÍS MATOS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 16/16, de 18/01, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Federação de Triatlo de Portugal, referente ao apoio ao Duatlo das Lezírias 2016 – Troféu José Luís Matos, a decorrer nos dias 6 e 7 de fevereiro de 2016. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 16/16, de 18/01, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – UNIÃO DESPORTIVA VILAFRANQUENSE – 6º CIRA HÓQUEI E 26º XIRA BASQUET -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 19/16, de 18/01, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com a União Desportiva Vilafranquense, que define as condições de apoio logístico dos eventos desportivos, 6º CIRA Hóquei, nos dias 6 e 7 de fevereiro, e 26º XIRA Basket, nos dias 25 e 26 de março. -  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 19/16, de 18/01, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que estes eventos desportivos, o 6º CIRA Hóquei, em 6 e 7 de fevereiro, e o 26º XIRA Basket, em 25 e 26 de março, na União Desportiva Vilafranquense, são eventos já com tradições ao nível desportivo da cidade e do concelho, e pensa que este apoio logístico é pertinente e que a câmara municipal faz bem em dá-lo. Contudo, só lamenta não haver outros tipos de apoio, porque não podem ser, como é evidente. Não se vai alongar mais, mas regista este apoio. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----  
-----  
-----  
-----


1. Assunto: DEVOLUÇÃO DE VERBA PAGA INDEVIDAMENTE – MERCEDES BENZ -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 12/16, de 15/01, do DEC/Turismo, para aprovação da devolução do valor de 880,09€, pago indevidamente pela Mercedes Benz, pela utilização do parque urbano de Vila Franca de Xira.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna 12/16, de 15/01, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - **156**

Reunião de 2016/01/27

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: FINAL DA REUNIÃO -----

Terminada a discussão dos pontos da ordem do dia, interveio o Sr. Presidente, dizendo que antes de passar às respostas às questões colocadas no período antes da ordem do dia gostaria de colocar uma questão aos Srs. Vereadores.-----

É necessário, urgentemente, para se ganhar tempo e ter a esquadra da PSP construída, de acordo com aquilo que se aprovou no protocolo, avançar com determinadas decisões, e neste caso tem a ver com a aprovação do relatório final e decisão de adjudicação da obra. Assim, para poupar 15 dias, solicita, a uma bancada e à outra, que lhe permitam autorizar o assunto, que virá depois para ratificação na próxima reunião, e vai distribuir já o documento.-----

Tendo tido a anuência das bancadas, terminou, referindo que vai autorizar, e ainda que o Sr. Vice-Presidente vai distribuir também o documento intitulado "Tomada de Posição Pública sobre a Qualidade do Ar em Alhandra", relativamente à resolução que foi ontem tomada na comissão de acompanhamento ambiental, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



